

## ASSIGNATURAS

Por um anno .....	10\$000
Por seis mezes .....	5\$600
Por tres mezes .....	3\$000
Avulso por folha .....	\$040
Anuncios, por linha .....	\$060

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, sendo igualmente se deve remeter, *franca de porte*, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o *Diario de Lisboa*.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

## ASSIGNATURAS

Por um anno .....	12\$000
Por seis mezes .....	6\$600
Por tres mezes .....	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha .....	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do *DIARIO DE LISBOA*, rua Augusta n.º 224 e 226.

As pessoas que quizerem subscrever para o *DIARIO DE LISBOA* no 2.º semestre e 3.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo *DIARIO*, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Semestre .....	6\$600 réis
Trimestre .....	3\$600 réis
Semestre .....	5\$600 réis
Trimestre .....	3\$000 réis

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º semestre e 2.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do *DIARIO*, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

2.ª Repartição—2.ª Secção

TITULOS DE CAPACIDADE

Manuel Emilio Dantes—na freguezia de S. Vicente de Moscavides, concelho de Guimarães.

Luiz Augusto da Veiga—em Meirinhos, concelho de Mogadouro.

José Joaquim Corveiro—em S. Mamede de Ribas Tuas, concelho de Alijó, districto de Villa Real—para o ensino de grammatica portugueza e latina, e latindade.

DESPACHOS  
3.ª Repartição  
INSTRUÇÃO PRIMARIA  
Professores vitalícios

Joaquim Maria da Silva Barreto—nomeado para a cadeira de ensino primario de Alcochete, concelho do mesmo nome, districto de Lisboa.

Antonio Pereira da Silva Junior—para a de S. Miguel das Caldas, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Mathilde José da Silva Pinto—para a cadeira de ensino primario do sexo feminino da Villa do Conde, districto do Porto.

Professores temporarios

Luiz Antonio Antunes—para a cadeira de ensino primario de S. Bartholomeu da Esperança, districto de Braga.

Theotónio José da Silva—para a do Barreiro, concelho do mesmo nome, districto de Lisboa.

Antonio de Sousa e Silva—para a de S. Mamede de Coronado, concelho de Santo Thyrso, districto do Porto.

José Joaquim de Oliveira—para a de Sacavem, concelho dos Olivares, districto de Lisboa.

Antonio José Alves Pinto—para a de Jesufrei, concelho de Villa Nova de Famalicão, districto de Braga.

José Antonio de Macedo—para a da freguezia de Santa Marinha de Novagelde, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

Leandro José de Medeiros Correia—para a de Villa da Lagoa, districto de Ponta Delgada.

Gil Ribeiro de Loureiro e Mello—para a de S. Thiago de Besterros, districto de Vizeu.

Antonio Maximo Coelho e Sousa—para a da freguezia de Gonçalo, concelho e districto da Guarda.

José Henriques Tavares—para a de Mirazella, concelho e districto da Guarda.

João Cardoso da Silva—para a da freguezia de Penha Longa, concelho de Marco de Canavezes, districto do Porto.

José Pinto Guedes da Fonseca—para a da freguezia de Campello, concelho de Baião, districto do Porto.

Ermelinda Augusta Pacheco de Carvalho—para a cadeira de ensino primario do sexo feminino da villa de Vallongo, districto do Porto.

Maria do Céu da Silveira—para a de Villa de Santa Cruz da Ilha das Flores, districto da Horta.

Por decreto de 23 de maio proximo passado foram creadas duas cadeiras de ensino primario, uma na freguezia de Aldeia de João Pires, concelho de Penamacor, districto de Castello Branco; outra na freguezia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, districto de Coimbra; sendo a primeira auxiliada pela confraria do Santissimo Sacramento da freguezia de João Pires, com o subsidio annual de 15\$000 réis, e alguns utensilios mais indispensaveis ao uso da escola; e a segunda pela junta de parochia de S. Martinho com casa e alfaiá.

Por decreto de 5 de junho foram creadas duas cadeiras do mesmo ensino, uma na freguezia de Romariz, concelho da Feira, districto de Aveiro, e outra na freguezia de Sarnados, concelho de Villa Velha de Rodão, districto de Castello Branco, offerecendo as juntas de parochia das referidas freguezias, casa e mobilia para assento e exercicio das escolas creadas.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONAES

VENDA DE BENS NACIONAES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 26 DE AGOSTO

E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos se annuncia que vão andar em praça as propriedades constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer; devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de trinta dias, pela forma seguinte: metade em moeda corrente e metade em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal, nos termos do referido decreto de 21 de outubro e do de 18 de dezembro de 1852, que reduziu a 3 por cento o juro de toda a divida undada; sendo porém livre aos arrematantes pagar

em prestações e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento, conforme o artigo 7.º do mesmo decreto; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça a que as propriedades serão levadas; bem como prohibidos de lançar nellas: tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857 e mais disposições posteriores.

## Lista 1255-A

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 6 DE AGOSTO DE 1860

Primeira forma

Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1846

DISTRITO DE SANTAREM

CONCELHO DE ABRANTES

Bens do vinculo instituido pelo Balio Acre fr. Leonel de Parada e outro, de que foi ultima administradora D. Maria José Cordes Brandão

28093 Courella de Mendayão, proxima ás Casas Novas, na freguezia da Mourisca, que se compõe de terra de pão e oliveiras: parte do nascente com o ribeiro do Valle de Mendayão, poente com caminho para as Casas Novas, norte com Francisco Lopes, de Santo Antonio de Alvega, e sul com João Serras, das Casas Novas—60\$000.

Bens do vinculo instituido por Fernão Alves de Almeida, de que foi ultima administradora D. Maria José Cordes Brandão

28094 Courella denominada da Cançada, no sitio do mesmo nome, em Chão de Vide, limite de Alfarrade, freguezia de S. Vicente, concelho de Abrantes: parte do nascente com o morgado Padilha, do poente com fazendas de Manuel Joaquim de Castro, do norte com a estrada que vae para os Valhascos, e sul com D. Francisca de Castro—400\$000.

28095 Courella, no sitio das Courellas, proxima ao casal da Quebrada e Cordeira, freguezia de S. Vicente, concelho de Abrantes, que se compõe de terra de pão e oliveiro: parte do nascente com Joaquim Antonio das Senteiras, poente e sul com fazenda de D. Joanna Rita Pereira da Silva, e norte com herdeiros de Lucas Raposo—100\$000.

CONCELHO DO SARDOAL

Bens do vinculo instituido por Archangelia Maria Caldeira, de que foi ultima administradora D. Maria José Cordes Brandão

28096 Propriedade denominada do Pisco, no sitio do mesmo nome, que consta de vinha, sobreiros e oliveiras, e o mais que lhe pertence: confina com estrada publica e o padre João Antonio Farinha—250\$000.

28097 Tapada, chamada do Ribeiro Barato, no sitio do mesmo nome, que consta de vinha, oliveiras, terra de semear, e mais arvores de fructo: confina com Francisco Pereira de Mattos, e com herdeiros de Antonio Pereira—340\$000.

28098 Tapada, denominada da Eira de Ordem, no sitio da mesma denominação, que consta de oliveiras e terras de semear: confina de um lado com Francisco Manuel de Moura e Mendonça, e do outro com Catharina Fortuna—150\$000.

28099 Olival denominado da Eira da Ordem, no sitio da mesma denominação, que consta de oliveiras e terras de semear: confina com os herdeiros de Antonio da Fonseca Motta, e estrada que vae para os Valhascos—250\$000.

28100 Olival denominado Gral do Diabo, no sitio do mesmo nome, que consta de oliveiras: parte com herdeiros de Antonio da Fonseca Motta, e com ribeiro do Codavae—80\$000.

28101 Tapada no sitio da Fonte Velha, que consta de oliveiras e terra de semear e sobreiros: confina com o padre Gregorio Pereira Tavares e estrada publica—250\$000.

28102 Propriedade sita no valle de Mu, que consta de sobreiros, oliveiras e terras de semeadura: confina com D. Joanna Rita da Fonseca e serventias publicas—150\$000.

28103 Olival denominado da Ribeira Pequena, no sitio do mesmo nome, que consta de oliveiras e mais arvores: confina com Luiz dos Santos Dezoito, e Victorino Rodrigues Pimenta—50\$000.

28104 Casas que servem de celeiro, com seu armazem, sitas na praça: confina com os dois lados com Francisco Manuel de Moura e Mendonça—400\$000.

28105 Casas que servem de cocheira, na rua de Vasco Homem: confina com Antonio Baptista, e casas de D. Manuel Luiz de Sousa—65\$000.

Somma R. .... 2.545\$000

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 25 de junho de 1860.—*Joaquim Pinheiro Silva*.

## DIRECCÃO GERAL DA TESOUREARIA

Na conformidade do annuncio inserto no *Diario de Lisboa* n.º 135, publica-se que se expediam as ordens necessarias para o pagamento, no dia 2 de julho proximo, dos vencimentos do mez de junho corrente das seguintes classes:

Secretaria d'estado dos negocios do reino

Ministerio da fazenda

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça

Ministerio da guerra, inclusivè repartição de saude do exercito

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar

Dita dos negocios estrangeiros

Ministerio das obras publicas, commercio e industria

Conselho d'estado

Tribunal de contas e procuradoria geral da fazenda

Supremo tribunal de justiça e procuradoria geral da coroa

Conselho ultramarino

Cardel patriarcal e vigario geral

Arcebispos e bispos

Estado maior general

Officias generaes effectivos

Officias arrematados

Intendencia das obras publicas do districto de Lisboa

Direcção dos trabalhos geodesicos, corographicos, hydrographicos e geologicos.

Na mesma conformidade terá logar, durante o dito

mez de julho, segundo se annunciar pela repartição de fazenda, o pagamento dos vencimentos do corrente mez ás classes inactivas.

Direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 27 de junho de 1860.—*Joaquim José do Nascimento Lupi*.

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Mappa indicando o numero medio de operarios empregados diariamente nas estradas, e outras obras publicas no reino, nas semanas findas em 3, 10, 17, 24 e 31 de março de 1860

Districtos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Número de dias nuda do trabalho	Número médio de operários por dia
Vianna	Estrada de Vianna, a Caminha	22	32
	Dita do Neiva a Vianna	22	35
	Estrada de Villa Nova de Famalicao ao Neiva	28	16
	Dita de Villa Nova de Famalicao a Guimarães	27	202
	Dita de Villa Nova de Famalicao a Barcellos, dentro da villa de Barcellos (construção)	27	5
Braga	Dita de Braga a Valença pelos Aros	20	1.149
	Dita de Braga a Ponte do Lima (estudos)	28	20
	Dita de Braga a Barcellos	28	7
	Direcção geral	28	3
	Estrada do Porto a Amarante	35	47
	Dita do Porto a Coimbra, desde as Vendas Novas ao alto da Bandeira	30	60
	Dita desde o alto da Bandeira á ponte penil no Douro	30	64
	Dita do Porto a Guimarães por Santo Thyrso	30	29
	Dita do Porto por Villa do Conde á Povoa do Varzim (estudos)	35	7
Porto	Obras na barra do Douro	30	92
	Ditas na nova alfandega do Porto	30	518
	Ditas no cães da dita	27	72
	Ditas na lingueta do cães da alfandega velha	27	58
	Extincto convento dos carmelitas (reparos)	17	3
	Direcção geral	35	3
	Estrada da Regua a Lamego	28	318
	Ponte sobre o rio Cabril, junto a Villa Real	29	107
	Estrada do Salgueiral á Regua	30	106
	Ponte sobre o ribeiro de Jogueiros	9	29
Villa Real	Entre o Tado e foz de Mil Lobos	30	7
	Ponte sobre o rio Tado	18	10
	Entre o rio Varosa e a quinta do Melres	29	179
	Dita de Amarante á Regua	31	43
	Dita da Regua a Lamego	31	9
	Ponte de Mondim de Basto	29	55
	Direcção geral	31	2
Bragança	Estrada de Bragança a Mirandella	26	495
	Colocação da linha telegraphica	26	15
	Direcção geral	26	2
	Lanço da estrada marginal a Angia	29	388
	Do Sobreiro a Albergaria	28	151
	De Ovar á Murteira da Arada	30	381
Aveiro	Da ponte da Gafanha á barra	11	94
	Obras no cães de Aveiro	27	76
	Em diferentes pontes	16	107
	Aterro da ponte do Marnel	16	113
	Avenda da ponte do Vouga	11	62
	Estrada de Coimbra ao Porto	27	1.282
	De Vizeu á serra do Bussaco	30	253
	De Foz-Dão á Venda do Sebo	30	258
	Do Cembro Maduro ao Carregal	27	105
Vizeu	De Senhorim a Nellas	27	14
	Do Rio Grande a Mangualde	30	2
	Direcção geral	30	2
	Estrada da Guarda a Fornos d'Algodres	30	571
Guarda	Dita de Celorico ao rio Alva	30	1.231
	Estrada de Coimbra á Redinha	35	18
	Dita de Coimbra á Ponte da Pedra	35	20
	Dita da Mealhada á serra do Bussaco	35	6
	Dita de Coimbra ao rio Alva	22	634
Coimbra	Ponte do Sarzedo sobre o rio Alva	30	98
	Ponte de Villa Cova de Sub-Arvo	35	1
	Estrada de Coimbra á Figueira (estudos)	30	10
	Alargamento da rua de Coruche	1	12
	Direcção geral	35	3
	Trabalhos hydrographicos no porto e barra da Figueira	26	560
	Obras no porto e barra da Figueira	29	636
	Estrada de Castello Branco a Abrantes	30	50
	Ponte do ribeiro do Gomes	26	227
Castello Branco	Dita de Castello Branco a Villa Velha	30	41
	Paço episcopal em Castello Branco	26	4
	Direcção geral	26	4
	Monumento da Batalha	30	18
	Mosteiro de Alcobaca	30	23
Leiria	Avenida da Batalha	30	41
	Estrada das Caldas á Redinha	30	1
	Direcção geral	30	3
	Estrada de Santarem a Pernes	29	95
	Dita de Pernes, por Torres Novas, á Barquinha	30	42
	Dita de Santarem á Ponte de Asseca	35	1
	Dita de Thomar á Barquinha	35	3
	Dita de Thomar a Coimbra	35	1
	Dita da Ponte de Santa Anna ao Cartaxo	35	8
Santarem	Dita dito dito a Rio Maior (estudos)	30	38
	Canal de Azambuja	35	1
	Comoros e arvoredos do rio Almonda	35	3
	Canal de Alpiçarra	24	126
	Dique de Vallada	24	30
	Melhoramento do rio em diversos pontos	24	140
	Trabalhos hydrographicos e estudos no rio	35	15
	Estrada de Lisboa á ponte do Carregado	35	1
	Dita desde o cães do Tejo, no Carregado, até ás Caldas	35	21
	Dita de Alhandra a Torres Vedras	29	21
	Dita de Lisboa, por Cintra, a Collares	29	11
	Dita de Collares ao Penedo	29	81
	Dita de Cintra a Mafra	29	27
	Dita de Mafra á Ericeira	35	16
	Dita de Torres Vedras a Mafra	30	19
	Dita de Paço d'Arcos ao Cacem	29	19
	Dita de Belem a Queluz	29	19
Lisboa	Dita do Arco do Cego, pelo Lumiar e Loures, a Torres Vedras	29	44
	Dita de Alverca a Bucellas	29	44
	Dita da circumvallação da cidade, no sitio da Viscondessa da Bahia	29	20
	Cultura do arvoredo da circumvallação da cidade	35	3
	Reconstrução do canal geral da cadeia do Limoeiro, ao arco do Rozario	30	194
	Casa da guarda da estação de saude em Belem	24	22
	Estabelecimento dos fornos da cal no Rio Seco	35	27
	Assentamento das chapas de cotas de nivel relativas á carta de Lisboa	12	3
	Edificios publicos	30	339
	Servico geral	35	25
	Estrada de Alcaçovas á fronteira	30	338
	Dita de Evora-mór a Evora	35	1
Evora	Dita de Evora para as Alcaçovas	35	2
	Dita de Borba a Villa Viçosa	35	2
	Dita de Estremoz a Portalegre	30	88
	Estrada de Aldeialegre á fronteira	31	16
	Do pontão de Albufeira ao Caia	26	463
	De Portalegre a Estremoz	26	23
	Dita de Portalegre a Estremoz	24	12
	Dita de Portalegre a Abrantes	30	309
	Ponte da ribeira de Niza	28	36
Portalegre	Dita da Fonte dos Lavradores a Castello de Vide	29	94
	De Elvas a Campo Maior	29	76
	Viaducto do Adaleis na avenida da ponte do Caia	24	14
	Largo do Corvo	10	16
	Dita de Portalegre a Alegrete	18	16
	Dita a travessa da cidade de Portalegre	30	150
	De Ferreira a Olivellas	30	33
	Ponte do Porto de Torralva	30	33
	Dita de Castello Ventoso	30	42
	De Algalé a Porto de Rei	27	78
	Ponte do Carvalhoso	6	2
Beja	De Beja a Mertola (estudos)	29	4
	Ponte de Terges e Cobres	30	189
	Direcção geral	35	2
	Estrada de Faro a Loulé	25	25
	De Faro á ponte de Marim	30	3
Faro	Ponte de Marim á Senhora da Luz	9	9
	Villa Real de Santo Antonio	5	5
	Direcção geral	35	27
	Linhas electro-telegraphicas	35	27
Diversos			



na somma de 2:455\$067 réis, e o credito na de 2:455\$051 réis, em que se comprehende o saldo de 100\$613 réis, que por balanço passaram para a nova conta d'este mesmo exactor do anno economico immediato de 1857 a 1858; e porque da comparação do debito com o credito resulta o saldo de 100\$613 réis contra o responsavel, o qual por ser insignificante se despezou, na conformidade do despacho do extinto antigo erario de 2 de setembro de 1790, que mandou despezar nas contas d'esta natureza os minimos para mais ou para menos, que não excedessem a 60 réis, e porque outrossim do que consta a fl. 23, 24, se manifesta que no processo se observaram as formalidades essenciaes, tendo sido ouvido assim o responsavel, como o ministerio publico por parte da fazenda, sem que nem este nem aquelle oppozerse contra alguma conta a execução e legalidade da referida conta fl. 2; julgam a mesma curial e devidamente liquidada e ajustada, e o responsavel João Manuel Pereira da Silva quite e livre de responsabilidade para com a fazenda na qualidade de sub-director da alfandega de Monte Alegre no anno economico de 1856 a 1857, de que se trata neste processo; ficando lançado em debito para a nova conta do anno economico immediato de 1857 a 1858 o saldo já mencionado de 100\$613 réis, que, como se prova a fl. 20, passaram para ella por balanço por existirem em cofre no dia 30 de junho de 1857.

Lisboa, 25 de maio de 1860. — Albergaria, relator — Dr. Nogueira Soares — Larcher — Margiochi — Lara. — Fui presente, Ramiro Continho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 9 de junho de 1860. — Caxiano Francisco Pereira Garcez.

#### EDITAIS

O conselho de saúde publica do reino faz saber que, em virtude das recentes participações havidas da autoridade local, fica sem effeito o edital de 22 do corrente, que declarou inficionadas de febre amarella as procedencias de Serra Leoa.

Lisboa, 27 de junho de 1860. — Pelo fiscal, o vogal, João José de Sousa e Silva.

A junta do lançamento da decima do bairro de Alfama, em conformidade do artigo 109.º das instruções de 22 de abril de 1851, ha de receber na casa da administração, rua nova da Palma n.º 61, desde 2 até 17 de julho proximo futuro, das dez horas da manhã até ás tres horas da tarde, as novas declarações que, em conformidade dos artigos 6.º até 16.º das ditas instruções, são obrigadas a entregar os proprietarios, administradores, adjudicatarios ou usufructuarios de predios urbanos, e quaisquer pessoas que tiverem de ser collectadas por decima ou impostos annexos, no segundo semestre de 1860, e bem assim as que são obrigadas a entregar os negociantes de grosso trato, os directores ou socios gerentes de sociedades com firma, os logistas, e quaisquer outras pessoas nacionaes ou estrangeiras que tenham estabelecimento de commercio ou industria de qualquer natureza; e os directores de bancos e companhias anonymas, os directores ou emprezarios de theatros ou de quaesquer outros divertimentos publicos, os chefes de repartições publicas, corporações ou companhias, municipalidades, misericordias, asylos de beneficencia, e estabelecimentos de commercio ou industria; os chefes ou capatazes das companhias de trabalhos braças das alfandegas, e de quaesquer outras da mesma natureza; as pessoas que tiverem criados e cavalgaduras, e os donos de cocheiras ou estalagens que as costumam guardar ou tratar; e, finalmente, os emprezarios de fabricas, e os seus agentes ou feitores: entendendo-se que serão consideradas como substanciaes para o segundo semestre do corrente anno as declarações que foram dadas para o primeiro semestre, e que não foram substituidas, como determina o artigo 110.º das ditas instruções. E para constar se publica e affixa este e outros do mesmo teor.

Lisboa, 21 de junho de 1860. — O administrador, presidente, João Baptista de Seixas.

A junta do lançamento da decima do bairro de Alcântara, em conformidade do artigo 109.º das instruções de 22 de abril de 1851, ha de receber na casa da administração, travessa nova da Esperança n.º 25, desde o 1.º até 16 de julho proximo futuro, das dez horas da manhã até ás tres da tarde, as novas declarações que, em conformidade dos artigos 6.º até 16.º das ditas instruções, são obrigadas a entregar os proprietarios, administradores, adjudicatarios, ou usufructuarios de predios urbanos, e quaisquer pessoas que tiverem de ser collectados por decima ou impostos annexos no 2.º semestre de 1860, e bem assim as que são obrigadas a entregar os negociantes de grosso trato, os directores ou socios gerentes de sociedades com firma, os logistas, e quaisquer outras pessoas nacionaes ou estrangeiras que tenham estabelecimento de commercio ou industria de qualquer natureza; e os directores de bancos e companhias anonymas, os directores ou emprezarios de theatros, ou de quaesquer outros divertimentos publicos, os chefes de repartições publicas, corporações ou companhias, municipalidades, misericordias, asylos de beneficencia, e estabelecimentos de commercio ou industria; os chefes ou capatazes das companhias de trabalhos braças das alfandegas, e de quaesquer outras da mesma natureza; as pessoas que tiverem criados e cavalgaduras, e os donos de cocheiras ou estalagens que as costumam guardar ou tratar; e finalmente os emprezarios de fabricas, e os seus agentes ou feitores: entendendo-se que serão consideradas como substanciaes para o dito 2.º semestre as declarações que foram dadas para o 1.º, e que não foram substituidas, como determina o artigo 110.º das ditas instruções. As pessoas que deram de arrendamento casas aos mezes devem declarar a importancia das rendas que receberam pelo 1.º semestre, e iguaes declarações devem fazer os senhorios, que, tendo casas com escriptos, as deram de arrendamento dentro do referido semestre. E para constar se publica e affixa este e outros do mesmo teor.

Lisboa, 25 de junho de 1860. — O administrador, presidente, Pedro José da Silva Leitão.

#### CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

O conselho de saúde naval e do ultramar precisa contratar, mediante condições que serão patentes aos concorrentes, o fornecimento de pão alho, azeite de oliveira, carne de vacca, e generos de mercearia, para dietas dos doentes do hospital da marinha, durante o semestre que decorre de julho a dezembro do presente anno. As pessoas a quem possa convir tal fornecimento queiram comparecer no mesmo hospital no proximo sabbado 30 do corrente.

Hospital da marinha, 23 de junho de 1860. — Dr. Francisco Frederico Hopffer, secretario.

#### REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRITO DE LISBOA

Pela repartição de fazenda do distrito de Lisboa se annuncia que no cofre central do ministerio da fazenda, e nos termos da portaria de 23 de março ultimo, publicada no *Diário de Lisboa* n.º 72, começará o pagamento do vencimento do mez abaixo mencionado, respectivo aos titulos de renda vitali-

cia, com assentamento n'este districto, tanto ás classes comprehendidas nos decretos de 23 de agosto de 1843 e 30 de março de 1844, como ás de consideração de que trata o de 15 de maio de 1845, pela forma seguinte:

MEZ DE JUNHO	NUMEROS	
	SEM CONSIDERAÇÃO	DE CONSIDERAÇÃO
1.º de julho	6 a 1376	6325 a 6626
2.º "	1379 a 1951	6690 a 6943
3.º "	1952 a 2444	6946 a 7759
4.º "	2450 a 3368	7760 a 9608
5.º "	3369 a 4021	9609 a 10414
6.º "	4024 a 4529	10417 a 11451
7.º "	4526 a 5452	11452 a 11647
8.º "	5461 a 6568	11648 a 11764
9.º "	6571 a 9647	11765 a 11900
10.º "	9658 a 10605	10606 a 11090
11.º "	10606 a 11090	11092 a 11893
12.º "	11092 a 11893	Idem

O pagamento começa imprimeiramente ás dez horas da manhã, e finalisa á uma da tarde.

Repartição de fazenda do districto de Lisboa, em 27 de junho de 1860. — O delegado do thesouro, João Felis Alves de Minerva.

#### HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A comissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 9 de julho proximo, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica o fornecimento de pão necessario para sustento dos enfermos, mediante as condições, que estarão presentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do dito estabelecimento.

A comissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 30 do corrente mez, pelas onze horas, se ha de proceder no dito estabelecimento a venda em praça publica de diferentes objectos de ouro e prata inuteis para o serviço do referido hospital.

Contadoria do hospital de S. José, em 27 de junho de 1860. — O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

#### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, a 1 de julho, para o Rio Grande do Sul, o brigue portuguez *Maria Helena*. A correspondencia será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, em 27 de junho de 1860. — O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

#### CARTAS E JORNALS RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Antonio José de Seixas, Antonio de Sousa Vilhar — Candida Lucia de Azevedo — Francisco Luiz Mendes Amorim, Francisco da Silva, Frederico Augusto César Machado — Joaquim Ferreira, José Maria Pereira, José Valente Figueira — Maria Isabel,

Demonstração do custo dos quatro navios de guerra a vapor, mandados construir em Inglaterra, para os quaes foram votados pela carta de lei de 30 de junho de 1857—800.000\$000 réis

NAVIO	Casco, mastreação, etc.	Machinas	Obras internas e promptificação do camarin para a sua magestade a Rainha alem do contrato	Obras das machinas alem do contrato	Artilheria, armamentos, munições, etc.	Chronometros, agulhas, oculos, sobrecolletes e vitoras	Juros e descontos de letras	Machinistas e fogueiros empregados para o serviço das machinas até Lisboa	Adogado pelos escriptos dos contratos e pelo trabalho de defender diversas questões	Despeza com o inspecção das machinas	Pilotoagem e docas	Despezas diversas	Total
Corveta <i>Bartholomeu Dias</i>	159:266\$250	108:000\$000	9:610\$987	2:075\$456	21:301\$162	16:406\$498	6:381\$169	2:184\$825	1:505\$663	860\$000	134\$495	475\$436	327:701\$925
Dita <i>D. Estephania</i>	172:647\$000	81:000\$000	—	2:814\$525	32:411\$812	16:510\$369	4:606\$537	2:763\$881	975\$600	—	188\$212	2:892\$283	316:810\$219
Dita <i>Sagres</i>	113:062\$500	72:900\$000	—	—	12:242\$737	10:496\$380	1:962\$356	562\$500	450\$000	892\$312	141\$300	633\$377	213:348\$562
Dita <i>D. Maria Anna</i>	46:800\$000	19:440\$000	—	—	9:921\$844	8:472\$600	1:871\$419	871\$500	523\$350	—	218\$249	978\$881	89:097\$843
	491:775\$750	281:340\$000	9:610\$987	4:889\$981	75:877\$555	51:885\$842	14:821\$481	6:382\$706	3:454\$612	1:252\$312	682\$256	4:979\$967	946:958\$449
Gratificação ao conde de Penha Firme por fiscalisar as construcções													3:402\$000
Despezas diversas communes aos quatro navios													2:801\$925
Subsidios a officiaes e outras praças, que assistiram ás construcções com o fim de se habilitarem praticamente													17:008\$031
Subsidio a officiaes de marinha e fazenda nomeados para assistirem á promptificação dos navios antes de guarnecerem													2:988\$150
Passagem de officiaes e mais praças para guarnecerem os navios													2:026\$725
Despezas pagas, mas que ainda se não podem classificar, por não terem vindo os documentos													975:180\$280
													6:201\$544
													981:381\$824

Sommas ainda não pagas, as quaes se acham em litigio sobre a legalidade com que parte d'ellas são reclamadas

A R. H. Green, saldo da sua conta pela construcção da corveta <i>D. Estephania</i>	£ 2:258-0-0	10:161\$000
A J. Watt & Co., saldo pela machina da dita corveta	3:600-0-8	16:200\$000
A R. H. Green, obras extraordinarias na mesma corveta	2:418-1-5	10:881\$319
A Scott Russell, obras na corveta <i>D. Maria Anna</i>	8:818-15-7	14:394\$606
	11:594-17-0	52:176\$825

As referidas sommas pendentes de sentença, ainda mesmo que sejam dadas contra o governo portuguez, não augmentarão a despeza, mas sim diminuirão, em consequência das multas a que são obrigados os constructores.

Tercera direcção, em 21 de março de 1860. — O director, Joaquim Dias Torres.

Foi approvado o projecto tanto na generalidade como na especialidade sem discussão, e bem assim a mesma redacção.

O sr. Margiochi:—manda para a mesa o parecer da comissão de fazenda relativo ao projecto n.º 35, vindo da camara dos srs. deputados (leu).

Dispensada a leitura na mesa.

O sr. Presidente:—vae a imprimir para entrar opportunamente em discussão.

O sr. Margiochi:—parece-me que a camara já tinha resolvido que entrasse em discussão este projecto assim que a comissão desse sobre elle o seu parecer.

Trata-se de um negocio urgentissimo, por estar a findar o mez, que é o ultimo do anno economico; e o governo não está autorizado nem para receber os impostos, nem para pagar as despesas publicas.

O sr. Ministro da fazenda:—tinha ponderado a urgencia do projecto, e feito ao mesmo tempo a consideração de que, pedindo o governo autorisação para a cobrança dos impostos até ao fim de julho somente, n'isso dava uma garantia de que não se queria esquivar á discussão do orçamento; e conclui mostrando quanto era conveniente que a camara se occupasse d'elle quanto antes. Agora a ella pertence resolver o que lhe parecer melhor.

O sr. Presidente:—os dignos pares têm ouvido o sr. ministro da fazenda, e também o sr. relator da comissão; em consequência o que são de voto que se dispensem as formalidades prescriptas pelo regimento, para que entre o projecto immediatamente em discussão, tenham a bondade de se levantar.

A camara approva a proposta.

PARCELER N.º 27

Foi presente á comissão de fazenda o projecto de lei n.º 35, vindo da camara dos srs. deputados, que tem por fim autorisar o governo a proceder á cobrança dos impostos e mais rendimentos publicos, relativos ao anno economico de 1860 a 1861,

Marianna Emilia da Motta—Paulo Pereira—Sebastião Porfírio Alves Costa, Sophia Isabel da Fonseca Pinheiro—Vigario geral do patriarchado.

#### CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA

Para JAVÁ (Batavia)  
J. B. E. Shmidt.  
Para Valparaizo (Chili)  
D. Gabriel Tapio.  
Administração central do correio de Lisboa, em 27 de junho de 1860.

### PARTE NÃO OFFICIAL

#### CORTES

##### CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 23 DE JUNHO

PRESENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM, VICE-PRESENTE

Secretarios: os dignos pares Visconde de Ovar Brito do Rio

(Assistiam os srs. presidente do conselho e ministro da fazenda.)

Depois das duas horas da tarde, tendo-se verificado a presença de 26 dignos pares, declarou o ex.º sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente, contra a qual não houve reclamação.

O sr. secretario deu conta da seguinte:

##### CORRESPONDENCIA

Um officio do ministerio das obras publicas, enviando um autographo do decreto das cortes geraes, n.º 9.—Para o archivo.

—Da presidencia da camara dos srs. deputados, enviando uma proposição, autorisando o governo a proceder á cobrança dos impostos relativos ao anno economico de 1860-1861, e a applicar o seu producto ás despesas geraes do estado respectivamente ao mesmo anno, isto até ao fim de julho do corrente anno, se antes não forem votadas as leis da receita e despeza para o referido anno economico.

—A comissão de fazenda.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—disse que era de reconhecida urgencia a proposta que acaba de ler-se na mesa, e que veio da camara dos srs. deputados; pois que trata de habilitar o governo para a cobrança dos impostos, a fim de occorrer ás despesas geraes do estado no proximo anno economico, visto estar a findar o corrente; e que ella continha uma clausula, autorisando a cobrança só até fins de julho, como uma garantia de que o governo se não quer esquivar á discussão do orçamento, pois esta autorisação cessa passado um mez. Nestes termos pediu se convidasse a comissão de fazenda para dar com a maior urgencia o seu parecer sobre este negocio; resolvendo a camara depois, se se quer occupar d'elle immediatamente.

A camara, sendo consultada, conviniu no pedido. A comissão saíu da sala por convite do sr. presidente, para examinar o projecto vindo da camara dos srs. deputados.

O sr. Conde da Ponte:—o sr. visconde de Campanha encarregou-me de participar a v. ex.ª e á camara, que não pôde comparecer á sessão de hoje e talvez a mais algumas, por incommodo de saude.

##### ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO PARCELER N.º 24

Foi presente á comissão de fazenda o projecto de lei n.º 33 da camara dos srs. deputados, que tem por fim:

1.º Approvar a applicação dada pelo governo ás despesas geraes do estado, até ao dia 30 de novem-

bro de 1859, da somma de 2.135:338\$199 réis, levantada em virtude das autorisações concedidas pelos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857, e pelo artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858.

2.º Autorisar o governo a prover pelo producto dos titulos de divida fundada externa, já emitidos em virtude dos citados artigos das referidas leis, ao pagamento de 302:891\$300 réis, pelo saldo em divida em 30 de novembro ultimo da quantia de 800:000\$000 réis, votada pela lei de 14 de agosto de 1858 para melhoramentos da capital; e bem assim a satisfazer a importancia de 233:558\$449 réis para preencher as despesas feitas com a construcção dos navios de guerra, alem da somma de réis 800:000\$000 votada pela lei de 30 de julho de 1857; e para pagar a diferença que houver até 30 de junho corrente, entre a receita ordinaria que se realizar e as despesas geraes do estado autorisadas por lei; e

3.º Finalmente, relevar o governo da responsabilidade em que incorreu desviando da sua especial applicação a sobredita quantia de 2.135:338\$199 réis, e do que mais gastou com a construcção dos navios de guerra, salvo porém o exame sobre a legalidade das despesas effectuadas, o qual deverá ter logar na conformidade das leis, impondo ao governo a obrigação de dar conta ás cortes, na sessão legislativa de 1860 a 1861, do uso que fizer das autorisações concedidas pelo projecto de lei, que é submettido á vossa deliberação.

A lei de 4 de junho de 1857, que autorizou o governo a contratar com a companhia, representada por sir Morton Petto, a construcção do caminho de ferro de Lisboa ao Porto, autorizou tambem pelo artigo 4.º a junta do credito publico para crear e emitir os titulos de divida fundada que fossem necessários para execução de diversas disposições da lei, e concedeu ao governo a autorisação necessaria para levantar, pelo modo que julgasse mais vantajoso para a fazenda publica, as sommas de que carecesse para se levarem a effeito as referidas disposições, quando no todo, ou em parte, não tivesse logar a emissão de que tratava o artigo 4.º

A lei de 5 de março de 1858 autorizou o governo, pelo artigo 2.º, a mandar crear os titulos de divida fundada que fossem indispensaveis para realisar a importancia de 502:951\$881 réis, que no anno economico de 1856 a 1857 não tivessem a applicação determinada pelas cartas de lei de 15 e de 29 de julho de 1856 (que autorisaram o governo a realisar até 1.600:000\$000 réis exclusivamente destinados para a construcção de caminhos de ferro, estradas e outras obras de utilidade publica), bem como a prover á continuacão das obras do caminho de ferro de Lisboa ao Porto.

Pelo documento n.º 1, junto ao relatório, de 15 de fevereiro d'este anno, apresentado pelo governo, sobre o estado da fazenda publica, se mostrou o estado da emissão dos bonds, feita até 31 de dezembro de 1859, em virtude das leis de 4 de junho de 1857 e 5 de março de 1858, e o resultado do producto d'estes titulos e a applicação de 5.691:992\$674 réis, que resultou da criação dos bonds creados pelo governo, em virtude das portarias expedidas pelo ministerio da fazenda desde 29 de agosto de 1857 até 19 de agosto de 1859. D'esta quantia vê-se pelo citado documento n.º 1, que não tivera a applicação especial, determinada pelas referidas leis de 1857 e 1858, a quantia de 2.375:395\$240 réis, que fôra destinada ás despesas geraes do estado, incluindo 127:183\$435 réis, que em 30 de novembro de 1859 tinham sido entregues ao ministerio das obras publicas para estradas e outras obras, alem das sommas realisadas até á mesma data por conta do emprestimo de 1.100:000\$000 réis, autorisado pela lei de 7 de junho de 1859; 16:228\$445 réis entregues ao ministerio da guerra, por conta do credito votado por lei de 4 de junho de 1859, para compra de armas do exercito, por não se ter

então ainda começado a realisar o respectivo emprestimo; e 96:595\$161 réis entregues ao ministerio da marinha por conta do excedente da despeza feita com a acquisição dos navios de guerra, alem da quantia de 800:000\$000 réis que receberam integralmente para tal compra, na conformidade da lei de 30 de junho de 1857.

Achando-se detalhadamente expostos no citado relatório os resultados das emissões dos bonds, e constando do relatório do sr. ministro da fazenda, de 15 de fevereiro ultimo, e documentos annexos, o modo por que o governo realiso uma avultada receita extraordinaria; e mostrando o mappa junto a despeza liquidada, até ao dia 21 de março ultimo, com a acquisição dos quatro navios de guerra a vapor, mandados construir a Inglaterra em virtude da sobredita lei de 30 de junho; a comissão de fazenda, considerando que a camara dos srs. deputados, apreciando todas as circumstancias em que se encontrou o governo para realisar as sommas de que carecia para occorrer ás necessidades dos diversos ramos do serviço publico, julgou por isso justo e conveniente relevar o governo do seu procedimento; e considerando que a camara electiva entender ser conveniente não só relevar o procedimento do governo pelo uso das autorisações que lhe haviam sido concedidas pelas citadas leis, não obstante o desvio de quantias destinadas a uma applicação especial, mas tambem conceder-lhe novas autorisações, nos termos do projecto sujeito á vossa deliberação; é de parecer que seja approvado o projecto de lei de que se trata a fim de ser submettido á sancção real.

Sala da comissão, 19 de junho de 1860. — Visconde de Castro — Visconde de Castellos — Felice Pereira de Magalhães — Thomaz de Aquino de Carvalho — Conde da Arcochella — Francisco Simões Margiochi.

##### PROJECTO DE LEI N.º 33

Artigo 1.º É approvada a applicação dada pelo governo ás despesas geraes do estado até ao dia 30 de novembro de 1859 da somma de 2.135:338\$199 réis; levantada em virtude das autorisações concedidas pelos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857 e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858.

Art. 2.º O governo proverá pelo producto dos titulos de divida fundada externa, já emitidos em virtude das citadas autorisações concedidas ao governo pelos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858: 1.º Ao pagamento do saldo em divida em 30 de novembro de 1859 dos melhoramentos da capital votados pela lei de 14 de agosto de 1858 na importancia de 302:891\$300 réis; 2.º Ao pagamento até á quantia de 233:558\$649 réis para preencher as despesas feitas com a construcção dos navios de guerra, autorisada pela lei de 30 de julho de 1857, alem da somma de réis 800:000\$000 votada pela mesma lei;

3.º Ao pagamento da diferença que houver até ao dia 30 de junho de 1860 entre a receita ordinaria que se realizar e as despesas geraes do estado autorisadas por lei.

Art. 3.º É o governo relevado da responsabilidade em que incorreu desviando da sua especial applicação a somma referida no artigo 1.º d'esta lei, e excedendo o credito votado ao ministerio da marinha para a construcção dos navios de guerra, salvo porém o exame sobre a legalidade das despesas effectuadas, o qual sempre terá logar em conformidade das leis.

Art. 4.º O governo dará conta ás cortes na sessão legislativa de 1860 a 1861 do uso que houver feito da autorisação concedida por esta lei.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario. Palacio das cortes, em 8 de junho de 1860. — Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente — José de Mello Gouveia, deputado secretario — Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado secretario.



tenha lugar a anulação de qualquer collecta, se não restituídos aos contribuintes os addicionaes com a quota principal.

Art. 7.º As juntas dos repartidores de concelho repartirão os seus respectivos contingentes proporcionalmente ás verbas dos valores collectaes das respectivas matrizes.

§ unico. Os contribuintes, que se julgarem lesados pelo repartimento, poderão reclamar perante a mesma junta.

Art. 8.º As camaras municipais dos concelhos de Lisboa e Porto repartirão os contingentes da contribuição predial que tiverem sido designados aos mesmos concelhos pelos seus respectivos bairros, de modo que a percentagem seja igual em todos elles.

Art. 9.º Da matriz concluida nos termos do artigo 5.º, e bem assim da repartição que sobre essa matriz se fizer, haverá ainda recurso para o conselho d'estado sem effeito suspensivo, nos casos de preterição de formalidades e termos essenciaes do processo ou offensa de lei expressa, e tambem nos casos de errada apreciação de facto que possa provar-se com documentos que tenham fé em juizo.

§ unico. Estes recursos serão remetidos officiosamente pelo presidente da junta de repartidores ao conselho d'estado, onde serão considerados urgentes e decididos summariamente.

Art. 10.º Fora dos recursos estabelecidos na presente lei e dos prazos que os regulamentos lhes fixarem, só poderão recorrer extraordinariamente para o governo, pela repartição das contribuições directas:

1.º A fazenda nacional;

2.º Os collectados sem fundamento algum para serem pela contribuição de que se trata;

3.º Aquelles a quem de direito competir o beneficio da restituição de qualquer quota de collecta.

Art. 11.º Quando porém se der aos contribuintes provimento nos recursos a que se referem os artigos antecedentes, as respectivas certidões serão remetidas officiosamente ao presidente da junta dos repartidores, a qual á vista das mesmas certidões passará aos recorrentes títulos, que lhes serão attendidos a elles ou a outros contribuintes do mesmo concelho a quem elles os endossarem no pagamento de quantia igual áquella em que houverem sido lesados por erro da matriz ou da repartição.

Art. 12.º Ficam revogados os artigos 3.º, 5.º, 11.º e 15.º do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, relativo á contribuição predial, e bem assim quaesquer outras disposições do mesmo decreto, e em geral toda a legislação que for contraria á presente lei.

Palacio das cortes, em 22 de maio de 1860:—*Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa*, presidente—*Joaquim Gonçalves Mamede*, deputado secretario—*José de Mello Gouveia*, deputado secretario.

O sr. *Marquez de Vallada*:—disse que se propunha a dizer muito poucas palavras sobre a generalidade do projecto; porque o seu fim era unicamente não deixar passar esta occasião sem lavar um protesto contra estes projectos do governo, em que descobre tendencias para o absolutismo. Mais largamente tenciona fallar quando aqui chegarem as outras leis tributarias: por agora, em relação a este projecto, limita-se a dizer poucas palavras para ficar de accordo consigo mesmo e os principios que professa, e que a camara conhece, pela manifestação que d'elles sempre tem feito, assim nesta casa como fora d'ella.

É opinio sua muito profunda (embora seja talvez erronea), que em grande parte dos projectos do governo ha tendencias de absolutismo disfarçado; porém espera tambem que a carta não ha de ser derribada (*apoiados*); que se ha de manter esse codigo que nos rege, embora com alterações que lhe não deixem senão o nome de carta de D. Pedro para illudir os povos; alterações que o progresso do espirito humano (como se diz em phrase moderna), que as luzes do seculo, que o andamento da civilização e a dignidade do governo seriamente reclamam.

Já se disse que a carta estava velha; já se fez uma reforma de carta; virá mais outra por ahi, e o absolutismo ficará envolto nas vestes da carta que teve por fim destruí-lo.

O orador deseja que os governos governem franca e abertamente, que apresentem os seus planos taes quaes são, mas que respeitem os direitos dos povos; por isso ha de sempre combater o absolutismo, venha d'onde vier, seja inaugurado por quem for, seja hypocrita ou disfarçado. A historia antiga e a historia contemporanea mostram ambas que os maiores liberais, os republicanos mais ardentes, quando empolgam o poder, passam a ser os maiores despotas: careceram de invocar a liberdade para subirem e engrandecer-se; mas desde o momento em que subiram ao capitulo eillos convertidos a outros principios, eillos já a empurrar os povos para os despenharem pela rocha Tarpea.

Os governos gostam de concentrar todas as forças nas suas mãos para se porem no caso de dizer como Luiz XIV *«l'état c'est moi»*; não se maravilha por isso de ver que o governo quer para si a administração do tabaco, tor influencia, e debaixo de suas ordens escravos de fazenda e outros empregados, porque isto põe-lhe na mão a machina eleitoral, que pôde assim ser movida á vontade dos ministros, e terem assim o poder de nomear uma camara de deputados, o que reunido á faculdade de aconselhar á coroa a nomeação dos pares, conduz directamente ao completo aniquilamento do governo constitucional.

Se a memoria lhe não é infiel, parece-lhe que o sr. visconde de Balsemão lamentou aqui uma vez que um pobre homem, euidá que de Torres Vedras, que devia pagar de decima 700 ou 800 réis, fora depois obrigado a pagar 85000. (O sr. *Visconde de Balsemão*:—é exacto.) Para quem tem meos pouco vale esta quantia, mas para o pobre artista, para o pobre trabalhador, para o pobre povo em geral, é muito de mais. E todavia é sobre o pobre povo que tudo pesa, é elle quem tudo paga; é elle sobre quem cae sempre o cutello e a espada do fisco. Ha muitos que se intitulam amigos do povo, e fazem alarde de serviços que lhes prestaram; mas essas taes animas, não o são senão de si mesmo, o povo é o degraú que lhes serve para subirem, e uma vez elevados ao ponto a que queriam chegar, quebram o degraú, e já nem tem olhos para verem as desgraças d'aquelle povo de quem ainda ha pouco tanto amigos se faziam. Elle, orador não é assim, não precisa fazer dos filhos do povo degraús para subir, e por isso mesmo é que defende os interesses do povo, que são tambem os seus proprios. Consta-lhe o ver que pobres homens do campo são muitas vezes obrigados a pagar muito mais do que deviam. Aqui offereceu-se-lhes recursos; mas o que são elles? Uma illusão, uma burla, uma ficção.

Pelo modo que aqui vem estabelecido o recurso, está bem certo que muita gente não poderá usar d'elle, ou não obterá a justiça devida contra o fisco. Ha uma junta de repartidores composta dos escravos de fazenda, de delegado e sub delegado, autoridades em que o governo tem tal influencia, que nada poderá aproveitar ao povo o recurso que para essa junta se lhe offerece como um engodo.

Repete que estas palavras não são mais do que um protesto que deseja lavar. Esta lei ha de passar, bem o sabe, mas nem por isso deixará de dizer ao sr. ministro da fazenda e ao sr. presidente do conselho, ou antes, de pedir a sr. ex.ª que se não embriaguem com os triumphos, porque muitas vezes tem a historia mostrado governos que trium-

pham pelas maiorias das camaras, mas que caem diante da reprobção do paiz que engoita essas maiorias, que depois de nada servem aos ministros que se ensoberbeceram com os triumphos mentidos. Acontece tambem, e o sr. Joaquim Antonio de Aguiar talvez tenha pensado assim n'outras occasias em relação ás maiorias das camaras, quando s. ex.ª era minoria que apenas se compunha de dez... (O sr. *Presidente do conselho*:—de nove.) Era uma novena. Apesar da grande maioria que teve em ambas as camaras, o governo a que elle, orador, allude aconteceu cair por uma revolução. (O sr. *Presidente do conselho*:—não se contesta.) Nem se pôde contestar, porque ainda existem milhões de testemunhas. Mesmo o sr. Joaquim Antonio de Aguiar tem caído do ministerio por tres vezes todas por meio de revolução. Deseja muito que s. ex.ª saia do ministerio, mas não queria que fosse por outra revolução, faz mesmo votos para que não seja assim, pois seria uma quarta edição de revolução. A primeira foi em 1836, a segunda em 1842, e a terceira em 1846. Apesar de muito desejar que o ministerio caia, por certo não queria que fosse por meios violentos, nem por outra queda, pois sinceramente deseja a continuação da sua saúde e vida, como christão. S. ex.ª acredita-o de certo. (O sr. *Presidente do conselho*:—estou convencido d'isso.)

Isto que acaba de dizer não é mais do que a expressão sincera do que sente o seu coração. Deseja que os srs. ministros compreendam a situação em que se acham, que saibam o que se pensa no paiz a respeito de ss. ex.ªs, a quem a opinio publica não é tão favoravel nas provincias como ss. ex.ªs talvez supponham, e lhes digam os seus falsos amigos. Os governos julgam muitas vezes que têm força de mais, e tem-na de menos: illusão que ás vezes dura até ao momento em que os ministerios se despedaçam, como aconteceu ao ministerio de Polignac, que suppunha ter grande força, e caiu levando de envolta na sua queda o throno de Carlos X, e a dynastia dos Bourbons, de cujas ruínas surgiu uma nova era de revoluções.

É contrario ás revoluções, e cre que todos os homens que têm que perder são contrarios a ellas, porque quasi sempre vem d'ellas um grande mal, que são os heroes, os quaes constam muito caros. E elle que deseja tambem as economias, como deseja o sr. visconde de Athouguia, que no outro dia se mostrou tão economico, e está persuadido que s. ex.ª tambem o acompanha n'esta parte; não que as revoluções, para não termos esses heroes, alem das mais inconvenientes que ellas trazem consigo. (O sr. *Visconde de Athouguia*:—Eu já tenho entrado em algumas.) As restaurações quando a independencia do paiz é ameaçada é outra coisa; não ha regra sem excepção. Lembra-lhe que dizia um illustre escriptor: «quando se fecham as portas da legalidade, abrem-se as da revolução.» Quando se algaema o povo, este procura lançar as algemas por terra. Deus o livre de se pronunciar contra esses grandes movimentos populares, que não são senão o impulso do coração de um povo almejado e oprimido, que procura a justiça, e não acha outro meio de obtela. Mas as revoluções são sempre terríveis, porque ainda quando são justas, os desejos do povo são sophismados por certos conselheiros: ha sempre quem de-seje apasignar a revolução para tirar d'ella as legitimas consequências em seu proveito. Quando se trata da independencia do paiz, Deus o livre de oppor-se a ella, que seria um crime, pois devemos todos concorrer para ella.

A camara perdoou-lhe ha alguma digressão que fez, pois sendo permitidas as digressões pela rhetorica, cre que não saiu da ordem.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—não deve deixar de dizer algumas palavras em defesa do projecto, sem embargo de que o digno par não tratou verdadeiramente de o impugnar; limitou-se a lavar, como disse, um protesto, para arredar o perigo que a s. ex.ª se affigiuu que corriam as instituições liberais. Principia, pois, por dizer ao digno par, que lhe parece que as instituições liberais entre nós estão tão radicadas no amor de todos os portuguezes, que mal succedidos seriam os conspiradores que attentassem contra ellas. Felizmente os symptomas a que o digno par se referiu são menos graves do que lhe pareceram. Citou, por exemplo, a proposta da administração do tabaco por conta do estado; mas isso não entender d'elle, sr. ministro, é um principio de boa administração (a outros parecerá o contrario), que se casa bem com qualquer modo de ser politico, e até, no seu modo de ver particular, se casa melhor com as nossas instituições, do que o systema de arrematação seguido até agora; pois era este systema de arrematação o que se dava melhor com o antigo systema politico, o absolutismo.

O digno par aconselha ao governo a que não se entusiasme com os seus triumphos. Esteja certo que não se entusiasma. O seu dever é apresentar as suas idéas, trazendo formuladas as suas propostas, viver com ellas, em quanto o poder legislativo lhe prestar o seu apoio nas duas casas do parlamento, e continuar a merecer a honrosa confiança da coroa; assim como retirou-se no momento em que lhe faltou o unico sustentaculo com que se pôde manter. Portanto, se o governo tem ou não opinio no paiz, se pôde lisongear-se de que tem mais opinio do que a que tem realmente, o digno par tambem pôde deixar-se preocupar um pouco no seu modo de avaliar as cousas, e ver o governo desconsiderado na opinio do paiz, não o estando elle.

Quanto ao projecto muito pouco tem a dizer ao digno par, porque s. ex.ª não se occupou d'elle. Este projecto tem por fim estabelecer medidas tendentes a tornar mais igual a distribuição do imposto. É um principio que nenhum homem pôde deixar de aceitar. Para esse effeito colloca o projecto a responsabilidade da confecção das matrizes nas autoridades financeiras; e assim deve ser, porque quando a lei a incumba a um corpo colectivo, a responsabilidade encobre-se do traz d'esse corpo, o serviço faz-se mal, e as influencias poderosas, e ás vezes injustas, das localidades, têm mais meios de influir que os de fóra. Assim, este projecto vae poderosamente attenuar esses inconvenientes.

Além d'isso ha ainda muita coisa a fazer para que na distribuição da contribuição possa haver a igualdade a que todos aspiram; e deve concorrer para esse fim a proposta que o governo apresentou na camara dos srs. deputados, e que tem não só esse alcance, mas outro maior ainda em relação ao serviço publico para o registro da propriedade e dos diversos encargos, melhorando-se dos inconvenientes que se sentem, e a que cumpre pôr um termo em garantia ao serviço publico e ao bem dos proprios particulares.

Quanto aos recursos para o conselho d'estado não os acha difficéis: esses recursos são officiosamente remetidos, e são em ultimo lugar interpostos da junta dos repartidores. Esta junta é a mais competente para conhecer da materia de facto, e em materia de direito dá toda a garantia o conselho d'estado, pois dá não só a garantia da independencia, como tambem a da sabedoria e acerto nas suas decisões.

São estas as reflexões que entendem dever fazer em resposta ás que apresentou o digno par, as quaes todavia foram em geral mais uma como manifestação politica, do que uma analyse do projecto em discussão, e que importasse opposição a elle.

O sr. *Visconde de Balsemão*:—eu fui prevenido em certo modo pelas ultimas palavras do sr. ministro da fazenda, mas a dizer a verdade em deseja-

ria que n'este projecto se estabelecesse um outro recurso entre os que se dão para a junta denominada dos repartidores e do conselho d'estado. O conselho d'estado é para conhecer do direito, trata da questão de direito, por assim dizer; mas quanto á questão de excessos com que cada um está collectado, parece-me que nada mais proprio e mais facil do que haver um recurso que substitua o conselho de districto, composto de individuos que pertencessem á localidade, e que estivessem mais ao facto das circumstancias de cada um nas suas respectivas propriedades e terras, para ver se o collectado tem ou não motivo justo para se queixar. Eu desejava que o sr. ministro da fazenda dissesse quaes os inconvenientes que achou no recurso para o conselho de districto; mas eu creio que se os ha que seria bom estabelecer que houvesse mais outro juiz entre os que recorrem e aquelles de quem se recorre, pois em regra parece que assim como dispõe o projecto, pôde resultar que o escrivão de fazenda e a junta dos repartidores não sejam recursos sufficientes, por isso mesmo que parece natural que tanto uma como a outra autoridade sustentaria a opinio que já tiverem manifestado a respeito da propriedade, cuja matriz se considera excessiva. É verdade que ha depois o conselho d'estado, mas eu não sei que informações ou documentos poderá ter imparcialmente para decidir a questão, o que sei é que quem o ha de informar ha de ser o proprio escrivão de fazenda, e ha de ser tambem a junta dos repartidores, quer dizer, os proprios de quem se recorre; e por consequencia o que se pôde esperar é que essas informações sirvam mais de sustento o que se fez, do que de o dar por mal feito. Assim era por isto que eu queria que houvesse uma segunda alçada que interposse primeiro o seu juizo, habilitada com conhecimentos, como me parece que n'este caso não tem o conselho de districto. Mas enfim ouvirei o sr. ministro, e cederei da minha opinio se s. ex.ª me mostrar que tem iguaes ou maiores inconvenientes aquillo que eu proponho, pois eu já digo que faço estas observações sinceramente, por quanto tenho declarado que acho boa a economia do projecto em geral, que n'esse ponto reconheço o melhoramento que se faz; mas o que eu creio é que a obra ficaria mais completa se se estabelecesse um outro recurso antes de chegar ao conselho d'estado.

O sr. *Marquez de Vallada*:—dirá apenas poucas palavras, como explicação do que disse ha pouco.

O sr. ministro da fazenda (é forçoso convir n'isso, bem que seja adversario politico de s. ex.ª), sempre que falla é com certa dignidade, e de um modo tão cavalheiro, que é difficil responder-se-lhe com acrimonia; isto é devido á educação de s. ex.ª e á sua instrução, e contrasta mui notavelmente com certos homens muito menos habilitados que s. ex.ª, que cuidam poder encobrir a sua ignorancia com a grosseira do modo e a da phrase. O nobre ministro da fazenda não precisa apresentar-se pretencioso e enfatuado, porque é um homem intelligente, estudioso, e tão polido que destrõe completamente nos seus adversarios o desejo que porventura poderem ter de o combater com acrimonia.

Feita esta declaração a respeito de s. ex.ª, porque elle, orador, gosta sempre de fallar com franqueza, e costuma pôr de parte a politica quando se trata de homens que não são fatuos, nem ignorantes, porque estes não valem nada: passa a dizer a s. ex.ª algumas palavras sobre o assumpto.

Quando fallou na questão do contrato do tabaco, foi apenas para dizer que via no governo o desejo de concentrar em suas mãos todas as forças, e que esta era uma das razões que determinavam a sua opposição ás medidas do governo, especialmente ás d'este genero. Agora em relação aos recursos, o digno par o sr. visconde de Balsemão foi mais adiante do que elle, orador, e não pôde deixar de unir os seus votos aos de s. ex.ª, porque deseja que se dê o maior numero de garantias possiveis aos povos, para que os seus interesses não venham a ser postergados.

Limita-se a estas observações; e quando se tratar das outras leis tributarias entrará mais longamente na materia, e fará as devidas considerações sobre o procedimento do governo, declarando então as razões porque lhe inspira mui pouca confiança, e porque lhe não pôde conceder mais tributos, em vista da maneira pouco economica com que tem gerido a fazenda publica.

Nada mais acrescenta, porque teve unicamente por fim lavar um protesto e fallar na generalidade do materia do projecto.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—sem entrar em divagações, vae dar algumas explicações ao digno par o sr. visconde de Balsemão. Pelo que s. ex.ª disse, vê-se claramente que não é de opinio que os recursos vão para os conselhos de districto; pois disse que desejava que houvesse uma outra autoridade que não fosse esta. Effectivamente isto mostra que o digno par comprehende perfeitamente os motivos que levaram o governo a eliminar os recursos para os conselhos de districto. Essas corporações estão muito longe de poderem apreciar o que diz respeito á avaliação das diferentes propriedades, porque a sua sede é na cabeça dos districtos. Com isto não faz injuria de maneira alguma, nem á instituição, nem aos cavalheiros que compõem os diversos conselhos de districto; mas é que a sua organização, e a distancia em que se acham dos contribuintes estas corporações, tornam-se pouco proprias para entender n'este assumpto.

Se é de conveniencia reconhecida que o recurso se dê para a autoridade que está mais perto, e se a junta dos repartidores está mais perto; como ella não é quem faz as matrizes, pois são feitas pelos escravos de fazenda, não vê razão para que se não dêem para a junta dos repartidores, e d'ella para o conselho d'estado. E não se diga que na junta dos repartidores está o escrivão de fazenda, porque lá estão mais dois outros empregados independentes, e dois fiscaes da propriedade, representados por dois dos principaes proprietarios, escolhidos pela respectiva camara municipal. O contingente de reparte do parlamento, e as matrizes só servem de base á sua repartição, e por consequencia não pôde haver grandes erros; o que pôde haver é algum engano na feitura das matrizes, que não é commetido pela junta dos repartidores, e d'esses enganos é que se dá recurso para a junta dos repartidores, a qual está no caso de poder apreciar as duvidas que se suscitarem. Ora, é claro que se não podia sem crear novas entidades, e sem um grande augmento de despesa, e talvez superfluo, arranjar entidades especiaes em cada concelho para comporem essas corporações aonde deviam subir os recursos. É n'este sentido que lhe parece que os recursos, pelo modo que estão estabelecidos, e dando, como dão, todas as garantias aos contribuintes, são sufficientes. E deve-se notar, que sendo a contribuição votada annualmente pelas camaras, não pôde haver, nem se pôde suspeitar que o governo tenha tendencia para exagerar as bases, e ainda menos para estabelecer a desigualdade, porque a somma a pedir e a receber nunca pôde ser maior do que aquella que está autorizada.

Approvado na generalidade, entrou em discussão na especialidade.

Approvados sem discussão os artigos 1.º, 2.º e seus n.ºs e §§.

Art. 3.º

O sr. *Visconde de Balsemão*:—sr. presidente, não posso deixar de aceitar parte das explicações que acaba de dar s. ex.ª o sr. ministro da fazenda, mas devo dizer que a minha idéa a respeito d'este artigo é inteiramente diferente, porque eu quereria que as matrizes fossem feitas pelo escrivão de fazenda, e pela junta de repartidores, e que houvesse o recurso para a junta de lancamento; e n'isto, parece-me que não havia inconveniente algum, porque a junta de lancamento é composta dos mais abastados proprietarios, e não é provavel que houvesse a menor suspeição quando houvesse de julgar entre os recorrentes, e quem faz as matrizes, porque todos acreditariam a sua decisão como dada imparcialmente, visto que ella se achava habilitada para poder avaliar devidamente a maneira porque as matrizes eram feitas.

Agora mando para a mesa uma substituição ao artigo 3.º

«A matriz será feita pelo escrivão de fazenda com os repartidores, com recurso para a junta do recenseamento.»—*Visconde de Balsemão*.

Sendo admittida, entrou em discussão.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—A substituição que o digno par o sr. visconde de Balsemão acaba de mandar para a mesa parece-lhe que tem dois inconvenientes. Em primeiro lugar, s. ex.ª mantém a legislação quanto á organização da matriz, e o serviço assim é mal feito ficando sem as garantias que a proposta de lei quer dar, n'esta parte, em quanto á junta dos repartidores para a qual se recorre do escrivão de fazenda quando não basta a reclamação para elle, que é a quem incumbem o fazer a matriz. Em segundo lugar o recurso que s. ex.ª estabelece para as juntas do recenseamento não tem menos inconvenientes, e por isso lhe não parece aceitavel. O digno par deve-se lembrar que as juntas do recenseamento são compostas dos maiores contribuintes: acha s. ex.ª que em materia de contribuição seja conveniente dar taes attribuições aos maiores contribuintes exclusivamente, ou aos menores contribuintes tambem com exclusão d'aquelles? Não pôde qualquer das cousas dar idéa do que se estabelece o principio de desigualdade e de parcialidade? Se não se duvida de que em hypothese uns e outros poderiam ser muito justos, é certo que, em these, não apresentaria esse principio em bom caracter, nem o melhor symptoma tal como convem n'estes casos. Alem de que a escolha dos maiores contribuintes lançaria um desfavor sobre os pequenos contribuintes, e vice versa; consequentemente acha o sr. ministro que a junta dos repartidores é o mais conveniente n'este caso pois ha a garantia da escolha que faz a camara municipal, a qual não representa nem a maior nem a mais pequena propriedade exclusivamente. O que faz é dar toda a garantia de acertada escolha que concilie qualquer dos inconvenientes. Parece-lhe portanto que o digno par não deverá insistir na substituição que propõe.

O sr. *Presidente*:—ninguem mais pede a palavra?...  
Vou pôr á votação o artigo 3.º, se elle for approved fica prejudicada a substituição.

Approvados os artigos 3.º  
Artigo 4.º—approved sem discussão.  
» 5.º—idem.  
» 6.º—idem.  
» 7.º—idem.  
» 8.º—idem.  
» 9.º—idem.  
» 10.º—idem.  
» 11.º—idem.  
» 12.º—idem; e a mesma redacção.

O sr. *Presidente*:—visto que ainda não deu a hora e que já está discutido o projecto que o digno par o sr. visconde de Athouguia pediu que se discutisse, podemos passar á sessão secreta que eu já tinha annunciado antes de satisfazer ao pedido do digno par (*apoiados*).

(Interrompida a sessão publica para ter lugar a sessão secreta, continuou aquella passados poucos minutos).

O sr. *Presidente*:—a mesa annuncia que entendem dever substituir a falta que ha na commissão diplomatica ou de negocios externos, nomeando para ella o digno par o sr. visconde de Castellões, segundo a autorização que se lhe deu.

Agora segue-se nomear a deputação que ha de levar á sancção real os decretos das cortes que ultimamente se approvaram.

Será composta alem do presidente e do sr. secretario conde de Mello, dos dignos pares Luiz do Rego, Thomás de Aquino, marquez de Ficalho, e marquez de Loulé.

Rogo ao sr. presidente do conselho queira avisar a mesa do dia e hora em que a deputação se pôde apresentar a Sua Magestade.

O sr. *Presidente do conselho*:—eu receberei as suas respostas ordens, que terei a honra de comunicar a v. ex.ª

O sr. *Presidente*:—a sessão seguinte terá lugar na quarta-feira 27. A ordem do dia é a apresentação de pareceres de commissões, devendo em seguida ter lugar a sessão secreta para se dar andamento ao negocio de que hoje a camara teve conhecimento. Está levantada a sessão.—*eram cinco horas da tarde*.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 23 de junho de 1860

Os srs. visconde de Laborim; cardeal patriarcha; marquezes de Ficalho, de Niza, de Vallada; arcebispo de Evora; condes de Alva, de Arrochela, de Azinhaga, da Louzã, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, do Sobral; bispos de Coimbra, de Benagazil, da Borralha, de Castellões, de Castro, de Fornos de Algodres, de Gouveia, de Ovar; barões da Arruda, de Porto de Moz; Mello Saldanha, Margioci, Aguiar, Larher, Eugenio de Almeida, Fonseca Magalhães, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS  
SESSÃO DE 27 DE JUNHO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES  
Aos tres quartos depois do meio dia verificou-se, pela chamada, estarem presentes 86 srs. deputados.

O sr. *Presidente*:—declara aberta a sessão.  
Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Azevedo Pinto, de que não compareceu á sessão de hontem por motivo justificado.—*Intertrada*.

2.º Do sr. Azevedo e Cunha, de que por motivos justificados não pôde comparecer ás sessões de 25 e 26 do corrente.—*Intertrada*.

3.º Do sr. Mello e Minas, de que por motivos justificados não tem comparecido ás sessões de 22 e 23, e não poderá comparecer a mais algumas.—*Intertrada*.

4.º Do sr. Affonso Botelho, de que o sr. Aristides continua a faltar ás sessões em virtude de grave molestia de seu irmão.—*Intertrada*.

CORRESPONDENCIA  
1.º Um officio do sr. Dias de Azevedo, pedindo licença para sair da capital, a fim de ir tomar ares para se restabelecer da perigosa doença por que acaba de passar.—*É concedida*.

2.º Da camara dos dignos pares, acompanhando a relação das proposições de lei, que lhe foram enviadas d'esta camara, e que ali foram approvadas.—*Para o archivo*.

3.º Do ministerio da fazenda, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a represen-

tação da camara municipal de Loulé, em que pede a concessão de um edificio nacional.—*A commissão de fazenda*.

4.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação da camara municipal do Seixal, em que pede se lhes concedam as praias, que pertenceram ao extincto convento do Carmo de Lisboa.—*A mesma commissão*.

5.º Do mesmo ministerio, dando as informações que lhe foram pedidas sobre o requerimento da irmandade de S. João Baptista, na igreja da Penha de França, pedindo a concessão d'aquelle templo.—*A mesma commissão*.

6.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos, pedidos pelo sr. Julio do Carvalho, sobre a despesa feita pelo thesouro com o pagamento das casas em que se acha a alfandega de Chaves.—*Para a secretaria*.

7.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação da camara de Villa Franca de Xira, em que pede a concessão de um predio nacional.—*A commissão de fazenda*.

8.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento de Filipe Roberto da Silva Stockler, em que pede se lhe paguem certos ordenados que se lhe devem.—*A mesma commissão*.

9.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação da misericórdia do Porto, em que pede que se lhe pague em inscripções a quantia de que é credora ao estado.—*A mesma commissão*.

10.º Uma representação dos empregados da repartição de fazenda do districto de Aveiro, pedindo as providencias que indicam para melhorar a sua sorte.—*A commissão de fazenda*.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que a camara recomende ao governo, que mande estudar quaes as obras que são necessarias para abrir um estero desde a ponte do Panno até ao rio Agueda, e quanto importam essas obras.—*José Esteado*.

2.º Requeiro que se recomende ao governo, que mande estudar que obras de arte são necessarias n'uma estrada de terceira ordem, que vá de Angeja a Estarreja, no districto de Aveiro, e quanto podem custar essas obras, adoptando na sua construção o systema menos dispendioso.—*José Esteado*.

3.º Requeiro que o governo envie, com urgencia, a esta camara:

I Uma nota das sommas que se têm gasto pelo thesouro publico nas obras da barra da Figueira.

II Outra nota das sommas provenientes da mesma origem, que se têm gasto na barra de Aveiro.—*José Esteado*.

4.º Requeiro que seja remetida a esta camara copia do contrato que existe com a casa Fletcher, do Porto, para mergulhadores na barra do mesmo.—*F. L. Mousinho de Albuquerque*, deputado por Leiria.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Proponho que se recomende ao governo que mande, com urgencia, proceder aos estudos necessarios para a construção de uma estrada, que partindo da villa de Gouveia, e seguindo por Mangualde, Castendo e Sattam, vá em Moimenta da Beira entroncar na estrada de Trancoso a Lamego.—*A. de Gouveia Osorio*—*José Maria da Costa e Silva*—*Jacinto José da Silva Andrade*»

É remetida ao governo.

Tem segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. Lopes Branco, para se construir um porto artificial, no lugar de Leichões, na foz do rio Douro.

É admittido e enviado á commissão de obras publicas, ouvidas as de commercio e de fazenda.

2.º Do mesmo sr. deputado, regulando a administração de fazenda, das suas causas, e das execuções contra os devedores de alcances e contribuições.

É admittido e enviado á commissão de fazenda, ouvida a de legislação.

3.º Do mesmo sr. deputado, sobre a organização administrativa, e governo das provincias ultramarinas.

É admittido e enviado ás commissões do ultramar e de legislação, ouvidas as outras commissões que a estas parecerem convenientes.

Resolve-se que todos estes projectos sejam publicados no *Diario de Lisboa*.

O sr. *Gomes de Castro*:—deseja saber em primeiro lugar, se os papeis relativos ao contrato Langlois já foram enviados ás duas commissões reunidas, para darem o seu parecer?

O sr. *Presidente*:—já foram enviados ás commissões de obras publicas e de fazenda.

O orador:—propõe em segundo lugar que a mesa destine um dia em cada semana para interpellações, e pede a urgencia d'esta proposta.

A discussão em qualquer parlamento não se pôde limitar a tratar dos diferentes projectos apresentados pelo governo; ha uma discussão que pretença a todos os deputados, e esta é não só antes da ordem do dia, mas a das interpellações que dirigem ao governo, ás quaes elle é obrigado a responder. Em quanto á discussão antes da ordem do dia, tem-se observado que os srs. ministros não comparecem para responder sobre os diversos e variados assumptos, sobre os quaes os deputados podem chamar a sua attenção.

Em quanto ás interpellações, ha algumas annunciadas ha muito tempo, e entre ellas uma d'elle, orador, ha cinco mezes, e que ainda se não pôde designar dia para se verificar. A sua interpellação refere-se a um negocio muito importante, relativo aos direitos recebidos pelos consules de Portugal na Gran-Bretanha, que tendem a acabar com o direito differencial, contra a nossa bandeira e contra o nosso commercio.



ca das sommas que se dispõem na Madeira em obras publicas, entrando n'esta classificação uma casa de verão para o sr. bispo do Funchal, que já está custando 5:900.000 réis em dinheiro effectivo, 1:800.000 réis em divida a alguns fornecedores, e 1:000.000 réis que se pede mais para a conclusão do kiosque episcopal.

Já vê pois a camara que é uma interpeção que nada tem de ociosa, pelo contrario é de necessidade ouvir sobre tudo isto o sr. ministro da repartição competente.

Os srs. ministros quasi sempre evitam as interpeções. Só pôde haver para isto uma das tres seguintes razões:

1.ª Muito affazer; mas isto não lhe parece. S. ex.ª não parece muito extenuado de trabalho.

2.ª Desprezo por esta casa. Isso, como membro d'ella, não pôde por um momento entreter essa idéa.

3.ª Recio da camara. Isso tambem não é accetavel. Tomada a estatística das interpeções de cem que tenham lugar, em oitenta ou noventa saem os srs. ministros sempre com bandeiras brilhantes e de lindas cores. Muitas vezes até com aquella formula retumbante: «a camara satisfeita com as applicações do sr. ministro passa á ordem do dia».

As palavras e as phrases ministeriaes têm tal magia, fica-se como pendente dos labios de ss. ex.ªs, é-se por tal forma fascinado que não admira que as interpeções sejam todas convertidas em victorias do gabinete.

Passando ao objecto em questão diz, que não pôde aprovar a proposta do sr. Barros e Sá, para que se prorogue a sessão para interpeções. A estação calmosa, e quatro ou cinco horas de trabalho intellectuel não completa rejeição a essa idéa. Approva antes (e entende que a camara o deve fazer igualmente) a proposta do seu amigo o sr. Gomes de Castro. Um dia por semana pôde e deve-se bem dar ás interpeções, que versam muitas vezes sobre cousas importantes.

O sr. Ministro da justiça (Mártens Ferrão):—pergunta ao sr. presidente, se elle e os seus collegas se não têm dado por habilitados para as interpeções que estão pendentes na mesa?

O sr. Presidente:—têm-se dado por habilitados os srs. ministros, das obras publicas, da justiça e do reino.

O Orador:—senão ha dia para se verificarem, a responsabilidade não pôde pesar directamente sobre o governo.

Tambem entende que as interpeções devem ter lugar, mas as circumstancias em que se tem achado o parlamento, discutindo uma serie de negocios importantes, tem obstado a que ellas se tenham realisado; mas o governo não se tem recusado a vir responder, e não vê motivo para que se venha aqui argumentar de uma maneira que ha muito tempo estava banida d'esta casa.

Se o illustre deputado quer fazer interpeções, tem o governo a seu lado, mais uma hora, duas ou tres; mas o governo não pôde ser arguido, quando diz que está prompto a responder ás interpeções que lhe foram annunciadas (apoiados).

O governo portanto está prompto a vir responder ás interpeções ou em hora de prorogação, ou em sessões nocturnas, ou quando a camara o designar, e está convencido de que ha de responder satisfactoriamente.

O sr. Gomes de Castro:—ainda que o sr. ministro diga que o governo está prompto a responder ás interpeções, o facto prova o contrario, porque ha interpeções annunciadas ha mais de cinco mezes que se não têm verificado, e sobre pontos importantes, como a que diz respeito aos arrozões, e á emigração. Para o governo é indifferente que as povoações aonde se faz a cultura do arroz estejam sendo victimas das epidemias provenientes d'esta cultura, e que os nossos irmãos por uma falsa idéa sejam levados para paragens longinquoas e ali morrerem de febre, porque o governo não se apresenta á camara para lhe dizer as medidas que tenciona tomar com respeito á emigração.

O sr. ministro do reino, disse ha já bastante tempo, em quanto á questão dos arrozões, que se estava imprimindo o relatório da comissão especial que foi encarregada de estudar esta questão, e que dentro em poucos dias lhe seria distribuido; mas até agora tal relatório ainda não appareceu.

Estes assumptos reputam-se pouco importantes em vista d'aquelles de que se occupam os srs. ministros.

O ministerio transacto respeitava a opinião publica, e as prerogativas dos deputados, e por isso vinha responder ás interpeções que lhe eram annunciadas, e no entanto não era isento das insinuações que lhe faziam os ministros actuaes, que então eram opposição, e os seus amigos.

Interpeções n'uma hora de prorogação significa que se não hão de verificar, e por isso manda para a mesa uma substituição á proposta do sr. Barros e Sá, que é a seguinte:

«Proponho que haja um dia por semana para se verificarem as interpeções.»—Gomes de Castro.

É admittida á discussão.

O sr. Ministro da justiça (Mártens Ferrão):—declara que nem elle, orador, nem os seus collegas nunca fizeram insinuações á administração transacta, e não gostando nunca de azedar os debates, diria que era menos exacto este facto que s. ex.ª avançou positivamente declara outra vez que nunca elle, orador, nem os seus collegas fizeram insinuações ao caracter dos cavalheiros, pertencentes á administração transacta. Os annos da camara ali estão, procurem-se as insinuações que se fizeram ao caracter d'esses cavalheiros, que de certo não as encontrarão.

Pondo de parte esta questão, perguntava ao sr. presidente se já fôra dada para ordem do dia alguma d'essas interpeções a que mais particularmente se referiu o illustre deputado? Pôde o sr. presidente dar as interpeções para ordem do dia, ou em sessão nocturna, ou em prorogação da sessão, ou quando quizer, porque o governo não ha de faltar a responder-lhes. Ainda que não estavam presentes os seus collegas, não se julgasse que se esquivava a dar quaesquer explicações sobre esses dois pontos a que o illustre deputado alludiu.

Em quanto á questão dos arrozões deve dizer, por informação, porque o sabe que o governo prestou a maior attenção a esse objecto. Pela primeira vez foi uma comissão nomeada pela actual administração, composta de cavalheiros, de cuja competencia ainda ninguém suspeitou. Essa comissão procedeu ás mais minuciosas indagações e inquirições; reportou-se ás localidades, examinou e fez um relatório importantissimo, que não sabe se está completamente impresso; mas sabe que ha poucos dias se dizia que estava proximo a sair prompto da imprensa, para poder ser distribuido pelos srs. deputados, e só depois d'elle distribuido é que entende se pôde, com verdadeiro conhecimento de causa, entrar na discussão d'esto assumpto.

Em quanto á emigração, de certo que talvez sejam necessarias algumas medidas legislativas. Mas tambem é certo, que em virtude da legislação de 1855, o governo tomou algumas medidas para evitar o augmento da emigração, e pelo ministerio a seu cargo mandou fazer um inquerito acerca das escripturas d'estes contratos, para que não fossem feitas por modo que os que emigram não tivessem pleno conhecimento d'aquillo a que se obrigavam.

O sr. Presidente:—na sessão de 12 de junho o sr. Arrolas fez uma proposta para haver um dia para interpeções; mas declarou, e o sr. deputado

concordou, em que ficassem para se verificar n'uma hora de prorogação; mas não tem sido possível, em consequencia dos trabalhos da camara, o terem-se verificado.

O sr. Arrolas:—combate a proposta do sr. deputado Barros e Sá, para que as interpeções tenham lugar em uma hora de prorogação da sessão, porque, apesar de reconhecer boas intenções nos auctores da proposta, contudo, á vista dos precedentes da camara, entende que é este um novo meio de evitar indirectamente que se exerça um direito incontestavel do parlamento, porque está certo que poucos minutos depois da hora de começar a prorogação já não haverá numero na sala para a camara poder funcionar. A experiencia o mostrará brevemente.

Uma voz:—é porque a camara não se interessa com as interpeções, fiquem os interessados.

O Orador:—as interpeções não interessam á camara? Será de interesse particular a invasão ingleza da ilha de Bolama? Será de interesse particular a devastação das propriedades dos subditos portuguezes por uma nação amiga; não affectará a dignidade nacional que o commandante de um navio de guerra inglez prenda a bordo a autoridade judicial de Guiné, privando-a até do alimento por mais de vinte e quatro horas em que esteve incomunicavel? Não interessa aos representantes do povo que o governo categoricamente se explique por não se ter visto resultado algum da apreçada reclamação diplomatica com que o governo quiz disfarçar a sua inação, quando em fevereiro elle, orador, tinha reclamado!

Não será de interesse publico a sua interpeção sobre o vergonhoso estado do lazareto? Deixem o governo entregue a si proprio que ha de fazer muito... Ali estão quinhentas a seiscentas pessoas em quarentena, e com tudo n'essa espelunca a que chamam lazareto só cabem mal oitenta pessoas!... O governo está habilitado com os fundos necessarios, tem o necessario pessoal, tem tido tempo sufficiente, mas creio que está a estudar eternamente, visto que não querem que se diga que está dormindo a sono solto, em quanto essa grande vergonha á entrada da capital está dando d'este paiz uma terrivel idéa, e comprometendo os interesses publicos!

A questão dos arrozões, a da escravatura branca, e tantas outras importantes que ali jazem esquecidas, serão ou não de interesse publico?

As interpeções não agradam ao governo, e o governo que tem conseguido influir mais do que convem no andamento dos negocios da camara, é o verdadeiro culpado, por se não poder exercer um dos melhores direitos que têm os deputados.

O sr. ministro da justiça quer tirar essa responsabilidade do governo, o lança-lhe para o sr. presidente...; acha esse um mau systema. Se o governo tem sempre estado prompto para responder ás interpeções, se não tem influido para que se não façam, quer isto dizer que a culpa é toda da mesa, porque havendo interpeções annunciadas ha cinco mezes, era a mesa a quem cumpria regular as cousas do modo que pouco depois de se declarou o governo habilitado, as interpeções se tivessem realisado!... Mas a verdade é que até hoje só a vontade do governo tem sido o regulador dos trabalhos da camara. Abrem-se as sessões quasi á uma hora constantemente com pouco mais ou menos de 80 srs. deputados, quando se devem abrir logo que estejam presentes 60 srs. deputados; poucos minutos depois de aberta a sessão passa o sr. presidente logo á ordem do dia, e d'este modo se privam os srs. deputados do direito de iniciativa.

Os srs. ministros não vem á camara senão quando lhes interessa algum objecto que está para ordem do dia, e isto é só um verdadeiro desprezo pela camara; o não é só d'este modo que o governo tem tratado com desprezo a camara, um exemplo o mostra; em uma das sessões em que se discutiam pareceres de comissões, e havia a votar a remessa ao governo de um requerimento pedindo uma pensão, requereu o sr. deputado Placido de Abreu que o governo declarasse se tencionava apresentar á camara um projecto de lei sobre pensões, para acabar das desigualdades scandalosas que se davam por se attenderem só aos empenhos, pois elle sr. Placido, se o governo não quizesse apresentar um projecto, tomava a iniciativa do projecto apresentado pelo governo transacto.

E como respondeu o governo ao pedido cortez de um illustre deputado? Não disse nada, e portanto tratou com desprezo toda a camara desconsiderando um dos seus membros!... Elle, orador, tinha feito uma proposta para haver um dia por semana para interpeções, e porque o sr. presidente declarou que la destinara a ultima hora das sessões para interpeções, retirou a sua proposta, e o que resultou, foi os srs. ministros umas vezes não estarem na camara a essa hora, e outras vezes mostrar tido má vontade o governo, que o sr. presidente chega a apellar para a camara para que se não cumpra o que elle mesmo tem determinado! E assim desde 12 do corrente tantas sessões se tem passado com o mais completo desprezo pela especie de convenio feito perante a camara. Por que modo se annuncia á ordem do dia? Para um dia o projecto do credito predial, para o seguinte interrompe-se esta discussão para se entrar na do imposto pessoal, para o seguinte interrompe-se ainda esta discussão e torna-se ao credito predial, e a final depois d'estas discussões a retaliação de embutidos, annunciando-se para hoje ambos os projectos, devendo começar por aquelle que melhor convier ao governo, porque depende do sr. ministro que primeiro entrar na sala, e como se isso não bastasse, ainda se diz que na ultima hora haverá interpeções, se houver oportunidade, isto é, se convier aos srs. ministros.

É realmente muito que as cousas cheguem a tal estado que não sejam os srs. ministros quem tenha obrigação de estar aqui a horas, mas que a discussão dependa discricionariamente da hora a que entrar um ou outro dos membros do gabinete! Estejam aqui todos os srs. ministros á hora competente da abertura da sessão, que é o seu rigoroso dever, e não se arvore em lei o abuso do governo, para com elle se prejudicar o regular andamento dos trabalhos da camara!

Quem vir isto ha de talvez parecer-lhe que o governo olha para os srs. deputados como seus amanuenses, e julga ter a camara dentro da algeibra. É preciso que isto acabe, e que o governo cumpra o seu dever acatando mais os direitos da camara, e tratando os seus membros com a consideração a que é obrigado.

Pela sua parte ha de sempre repellar com todas as suas forças as pretensões de um governo que parece acreditar que pôde olhar com menos consideração a camara. O deputado não vem aqui só para ver os srs. ministros mandar propostas para a mesa, para logo em seguida se requerer a materia discutida, e se votarem quinze, vinte e mais artigos de leis importantissimas sobre impostos, sem exame e aos cabazes. Engana-se o governo se pensa que a camara é uma machina de que pôde dispor como chancellaria para as suas phantasias.

Conclue votando contra a proposta dos srs. Barros e Sá e D. Rodrigo, para as interpeções ficarem para uma hora de prorogação, porque a camara cansada a essa hora não terá numero para poder funcionar, e portanto continuará as cousas como até aqui, porque reputa impossivel que possam realisar-se na hora da prorogação, visto que já não haverá camara a essa hora. A experiencia o provará!

O sr. D. Rodrigo de Menezes:—tambem gosta de fazer opposição, e tem-na feita a todos os governos, mas não sabe para que serve fazer barulho e fogo com polvorá secca.

Fazendo sua a proposta do sr. Barros e Sá, julgou fazer um serviço aos srs. deputados que desejam verificar as suas interpeções. Os srs. deputados mostram-se assustados com o numero de interpeções que estão sobre a mesa, com recio de que não chegue o tempo para se verificarem: mas na legislatura passada teve elle, orador, dez ou doze, sem poder verificar nenhuma, tendo de desistir d'ellas. E não eram sobre objectos insignificantes, porque diziam respeito ao lazareto, que estava, como está hoje, com pequena differença; á applicação das esmolras para as victimas da febre amarela; ao legado de Manuel Pinto da Fonseca, e aos arrozões. Mas o que se não pôde provar é que a opposição de então fizesse ao governo as arguições que a opposição faz hoje ao governo; pelo menos a sua consciencia não o accusa de ter desconsiderado nunca em cousa alguma aquellos cavalheiros; fez-lhes sempre a justiça que devia, e ainda hoje lha faz.

Diz mais aos illustres deputados que apremem com o sr. Avila, que tem affrontado a opinião publica sobre questões politicas, affrontando-a de face por todos os lados, indo até ao elemento religioso, tão arreigado n'esta terra; s. ex.ª tem affrontado a opinião publica, e ajudado o governo nas medidas importantes de fazenda, que elle tem apresentado. Os deputados não assistem na hora de prorogação ás interpeções, quando ellas não são de interesse geral, quando se limitam a assumptos a respeito de uma camara municipal, de um escriptorio, de um juiz ou de um administrador de concelho; mas se se tratar de uma interpeção que possa terminar por uma proposta de accusação ao governo, ver-se-la que ninguém se retira da casa (apoiados).

Os srs. deputados não querem que se prorogue a sessão para as interpeções, e querem estar ás duas horas da tarde discutindo se devem haver interpeções, consumindo assim o tempo que é indispensavel para a discussão de outros objectos importantes de que a camara se está occupando.

Sustentando a proposta que fez sua, não tem de sejo que se não verifiquem as interpeções, pelo contrario deseja tambem verificar as que tem, como, por exemplo, a do caminho de ferro de Cintra, que é uma vergonha que não esteja ainda rescindido (apoiados).

A requerimento do sr. José Estevão julga-se a materia discutida, e é approvada a proposta do sr. Barros e Sá, ficando prejudicada a substituição do sr. Gomes de Castro.

O sr. Alves Martins:—acabando a camara de determinar que haja uma hora de prorogação para interpeções, convem que a mesa annuncie todos os dias quaes são aquellas que devem verificar-se no dia seguinte, e que previna os ministros competentes para esse fim.

O sr. Presidente:—em virtude da resolução da camara, a mesa, quando der a ordem do dia, indicará as interpeções que devem ter lugar no dia seguinte.

O sr. Gaspar Pereira (sobre a ordem):—hontem esteve presente na sessão desde o principio, e não ouviu o que disse o sr. Almeida Pessanha quando se dirigiu á comissão de commercio e artes. S. ex.ª pediu que esta comissão desse, com toda a urgencia, o parecer sobre uma proposta do governo, apresentada na sessão de 20 de maio, e que tem por objecto a abolição da legislação dos vinhos. N'este pedido ha diversas inexactidões, que é preciso rectificar.

Em primeiro lugar o governo não apresentou proposta alguma na sessão de 20 de maio, mas sim na sessão de 30. Em segundo lugar a proposta sobre o commercio de vinhos foi apresentada conjuntamente com outra sobre marcas de fabricas e de commercio, e foi unicamente esta ultima proposta que foi commettida á comissão de legislação, a qual ella não discutiu immediatamente porque não pôde reunir-se, mas já na sessão de sabado mandou para a mesa o seu parecer sobre essa proposta.

O sr. Couto Monteiro:—manda para a mesa um parecer da comissão de administração publica.

O sr. Placido:—manda para a mesa o seguinte requerimento:

«Requiro que renovem as instancias á cerca dos requerimentos que dirige pelo ministerio das obras publicas a fim de serem satisfeitos com urgencia.

Sala da camara, 27 de junho de 1860.—O deputado pelos Arcos, Placido de Abreu.»

#### ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO ESPECIAL DO PROJECTO N.º 49 SOBRE O CREDITO PREDIAL

O sr. Henriques Secco:—manda para a mesa o seguinte requerimento:

«Requiro para retirar o § unico do artigo que offereci em substituição ao artigo 84.º do projecto, visto que não foi minha intenção augmentar o numero dos funcionarios auxiliares de administração, mas escolher dos actuaes, onde não são singulares, os mais proprios para o serviço do registro, e lhi commetter singularmente.»—Henriques Secco.

A camara convem que o sr. deputado retire o § unico da substituição que offereci ao artigo 84.º

O sr. Ministro da justiça (Mártens Ferrão):—na primeira vez que usou da palavra para defender o projecto em discussão disse, que não era intenção do governo privar as administrações dos concelhos dos emolumentos que lhes resultam do registro hypothecario actual, sem que por outro meio compensasse essa diminuição nos interesses das administrações. Que effectivamente as administrações eram mal retribuidas, e se soffressem aquella perda sem que o governo por outro meio providenciasse a que não ficassem desprovidas de meios, a administração soffreria, porque não a pôde haver boa quando a retribuição não compensa os encargos.

Entendia que o serviço do registro devia ser feito nas condições que já havia exposto, por funcionarios privativos competentemente habilitados; era esta a sua firme convicção. Mas não era sua intenção com isso prejudicar a administração.

O governo tinha de apresentar ás cortes uma proposta de reforma administrativa, segundo a qual a administração devia melhorar.

Havia o registro civil que o governo estava autorisado a organizar pelo codigo administrativo, que era um melhoramento importante e necessario, e elle de certo compensaria a administração.

Que propondo, consignada n'um artigo de lei, a declaração que fizera, quando fallou n'esta materia, cumpria um dever de lealdade, e seguia o que já havia sido votado pela camara em objecto analogo; referia-se á lei que autorisou o governo a organizar o Diario do Governo, compensando os officiaes de secretaria do desfale que soffriam pela nova organização. Que o mesmo lhe parecia se achava consignado na proposta de lei para a abolição dos passaportes.

Nada mais diria em sustentação da idéa primordial do projecto, porque já havia apresentado os argumentos porque o sustentava.

A proposta é a seguinte: «Disposição transitoria para ser addicionada ao artigo 98.º

As conservatorias serão organisadas nas diversas comarcas do reino á proporção que as necessidades do serviço o exigirem.

As administrações dos concelhos serão previamente compensadas da diminuição de vencimentos,

que lhes possa resultar da organização das conservatorias respectivas, com uma dotação correspondente, verificada devidamente aquella diminuição. —João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.»

É admittida á discussão.

O sr. Nogueira Soares:—assignou com declaração o parecer da comissão sobre o projecto de credito predial; porque concordando com a comissão e com o governo no pensamento fundamental do projecto, e mesmo no desenvolvimento d'elle, divergia contudo quanto ao estabelecimento das conservatorias, porque julgava desnecessaria a criação de novos funcionarios para fazerem um serviço que podia ser bem feito pelos administradores de concelho, e prejudicial porque ia desfalecer estes e os seus escriptaes nos seus vencimentos já tão diminutos.

Porém agora que o sr. ministro da justiça acaba de apresentar uma proposta, que importa um adiantamento da criação das conservatorias até que a sua necessidade em cada comarca seja demonstrada, e compensadas previamente as administrações da diminuição que da criação das conservatorias respectivas possa vir aos seus vencimentos, não duvida votar por esta proposta; porque como, conforme a declaração verbal do sr. ministro, esta compensação deve ser feita por lei, quando a respectiva proposta se discutir no parlamento ha occasião de ponderar, se á vista da experiencia convem ou não crear as conservatorias.

Entende que com a proposta do illustre ministro devem ficar igualmente satisfeitos os que desejavam a criação dos conservadores, e os que se oppunham a ella, aquelles porque o principio fica estabelecido na lei, e será levado á pratica se a necessidade demonstrada do serviço o exigir; estes porque por ora continua o statu quo, e não se mudará se a necessidade do serviço o não exigir, e exigindo-o ella ninguém poderá com razão oppor-se.

Conclue portanto votando pela proposta do illustre ministro.

O sr. Calça e Pina:—achando-se a materia para assim dizer exhausta, talvez fosse mais conveniente ceder da palavra, mas por outro lado o seu silencio poderia ser traduzido por um modo menos vantajoso, e mesmo porque o sr. Cancellia, tomando a palavra, referir-se directamente a elle, sr. deputado, e como que lhe attribuiu ter sido a causa da comissão ter rejeitado certa idéa, usará da palavra, mas dirá muito pouco para ao menos não cansar a camara por muito tempo.

Em primeiro lugar entende que deve fazer uma declaração. Foi nomeado relator da comissão quando ella se organisou; todavia circumstancias extraordinarias e motivos justos o obrigaram por algum tempo a não comparecer ás sessões da camara, nem ás reuniões da comissão, e em consequencia foi substituido pelo sr. Gonçalves de Freitas, e cabellhe dar os parabens ao projecto e ao paiz por esta occorrença, porque de certo não teria alcançado o triumpho que alcançou aquelle sr. deputado. Acha uma necessidade dizer isto, em primeiro lugar para mostrar que a comissão não o tinha desconsiderado preterindo-o, e em segundo lugar, para manifestar a sua satisfação, porque essa occorrença deu lugar a que uma capacidade importante tivesse occasião de defender o projecto, e de concorrer para que o paiz possa ser dotado com esta medida que julga de grande importancia.

O sr. deputado Gonçalves de Freitas começou por estigmatizar expressões severas que por um outro sr. deputado foram dirigidas á comissão. Não ouviu essas expressões, nem mesmo as viu no extracto da sessão, todavia por certo são verdadeiras, porque o sr. deputado as rebateu, e por consequencia ouviu pronuncia-las; e sendo verdadeira a declaração que não aceita taes asserções, protesta contra ellas em nome de todos os membros da comissão que não são dignos d'essa censura, e protesta mesmo por si, porque desde que as aceita, fica n'uma má posição, pois que sendo advogado desde muitos annos, não se julgando habilitado para apreciar as leis, deve resignar a sua profissão.

Apenas limitará as suas observações a alguns pontos, e mesmo a respeito d'esses de certo não inventará nada, poder-se ha mesmo dizer que são idéas emprestadas, mas é o que acontece sempre fallando-se quando a materia está esgotada.

Em quanto ao que se disse a respeito do titulo que se deu á lei denominando-a «codigo do credito predial», a este respeito limita-se a dizer, que é puramente uma questão de nome, e não vale a pena de discussão; mas não lhe faltariam boas razões para sustentar, que o nome de «codigo do credito predial» é bem applicado ao projecto, porque elle encerra uma collecção de preceitos, que abrangem as disposições que regulam esta materia.

Quanto ao artigo 16.º, tendo o seu collega, membro da comissão, o sr. Cancellia, querido levar a especie das hypothecas mixtas a dois casos inteiramente novos, ao caso de penhora, e ao de delicto, desde a data do despacho da pronuncia para a indempnisção dos prejuizos, mostrando a desnecessidade do primeiro caso de novo registro na occasião da penhora, e no segundo caso a inconveniencia de que se admitta que o queixoso tenha autorisado de registrar os predios da pessoa contra quem se queixou, pelo simples facto de ser pronunciado, entende que os seus additamentos foram justamente rejeitados pela comissão.

Pelo que respeita ao artigo 24.º, nos seus n.ºs 13.º e 14.º, que tratam da hypotheca do tutor e da dispensa que o conselho de familia lhe pôde conferir de a registrar, parece-lhe que não ha razão para que se combata esta disposição, por quanto se o conselho de familia pôde dar ao tutor autorisção que pôde comprometer os interesses dos menores, porque não ha de poder dispensar o tutor da hypotheca, quando muitas vezes o melhor dos tutores é aquelle que não tem bens para hypothecar? Parece-lhe que não deve haver difficuldade nenhuma em se fazer uma tal concessão ao conselho de familia.

Ao artigo 47.º tambem o sr. Cancellia levou á comissão uma emenda, que tem por fim não consentir a letra hypothecaria senão por menos um terço do valor do predio hypothecado, fundando-se s. ex.ª na sustentação do maior credito d'essas letras, por poder não ser justa a avaliação. Não tenha s. ex.ª recio, que os especuladores terão o cuidado de indagar se a hypotheca vale ou não o que a letra representa; e ou ella não ha de ser aceita ou não de desconta-lhe por uma maneira que o commercio admitta. Para que se ha de então sacar a letra hypothecaria por menos um terço? Pois qual ha de ser a razão porque tem tido um predio que valha 90:000.000 réis n'outra de poder sacar sobre elle senão 60:000.000 réis? Não acha motivo para que se defenda um principio tal, e portanto entende que o artigo do projecto deve ficar tal qual se acha.

Passando agora á questão dos conservadores, que é o ponto de discordia n'esta discussão, diz que o seu desejo era que esta lei ficasse bem redigida e fosse executada sem difficuldade, ou por conservadores, ou por escriptaes, ou por tabelhões, ou de outro qualquer modo; mas considerando sobre a importancia d'ella, convenceu-se de que em todo o caso se precisa para a sua execução de uma pessoa, que não accumule nenhuma outra função (apoiados), e assim o declara conscienciosamente.

Voltando-se para os diferentes arbitrios que se têm apresentado, que são: 1.º o entregar-se a sua execução aos administradores de concelho; 2.º a um

adjunto dos administradores de concelho; 3.º aos delegados do procurador regio, e 4.º n'umas comarcas aos conservadores e nas outras aos delegados do procurador regio, como quer o sr. Gaspar Pereira, observa que não pôde apoiar o primeiro arbitrio, já porque, sendo os administradores de concelho empregados amoviveis á vontade do governo, se não deve admittir que o registro de hypothecas esteja a cargo de um homem que não pôde contar com a duração do seu emprego, já porque, tendo o pretexto de outro serviço, pôde a parte que requer a sua presença para verificar o registro ficar burlada; da mesma forma não pôde apoiar o segundo arbitrio, porque sendo o adjunto do administrador de concelho propriamente um conservador, presidido pelo administrador de concelho em lugar de o ser pelo juiz do direito, parece-lhe que nada se ganhava com isso; não pôde admittir a terceira hypothese, porque para os delegados do procurador regio militam as mesmas razões que ha contra os administradores de concelho; e não pôde tão pouco estar pela segunda parte da proposta do sr. Gaspar Pereira, porque se um dos argumentos mais fortes que se têm apresentado contra as conservatorias é o extorvar a grande área das comarcas, que os diversos interessados vão á cabeça de comarca onde está a conservatoria fazer o registro, o mesmo inconveniente se dá com os delegados.

Não pôde deixar ainda de dizer alguma cousa sobre a expropriação hypothecaria, de que trata o titulo 11.º

Tem dito alguns illustres deputados que o processo da expropriação não era muito conveniente, nem estava bem harmonisado com os fins a que a lei se propõe. Não duvida que haja um modo de conceber esta expropriação differente do seu, por quanto isto é mais arbitrario do que outra cousa, mas o que vê é que a letra hypothecaria tem passado já por muitas provas quando vem á execução, provas que tiram toda a duvida, e tudo quanto for alongar o processo de cobrança é prejudicar directamente os fins do projecto, que são o estabelecimento do credito; e isto leva-o a approvar o modo pratico da execução estabelecido no codigo.

Fez estas observações porque entende que as medidas que defende merecem esta defeza, e porque foram estes os pontos que viu terem sido mais atacados pelos illustres deputados que fallaram contra o projecto.

O sr. Pinto Martins:—requer que a materia se julgue discutida.

Julga-se discutida.

O sr. Presidente:—havendo muitas propostas a diversos artigos, parece-lhe que o melhor modo de se proceder á votação é haver uma votação geral sobre tudo em que não houve contestação, ficando salvos os artigos sobre que recaíram emendas, additamentos e substituições, para depois se votar sobre uns e outras (apoiados).

O sr. Araújo (sobre o modo de propor):—entende que se pôde votar o artigo 1.º do projecto approvando todos os artigos do codigo sobre que não ha emenda, additamento ou substituição, mas deseja que, votando-se assim, se deixe salva uma votação especial sobre os artigos 84.º e 85.º que tratam dos conservadores.

O sr. Mello Soares (sobre o modo de propor):—havendo propostas que foram consideradas pela comissão, e sobre as quaes deu parecer, parece-lhe conveniente que se vote primeiro sobre este parecer, e depois sobre as propostas que foram mandadas para a mesa e que não fizeram objecto da discussão na comissão: feito isto, depois a votação do projecto fica liquida.

O sr. Moraes Carvalho (sobre o modo de propor):—entende que o melhor modo de propor á votação esta questão, é como o sr. presidente a enunciou: haver uma votação geral, approvando tudo sobre que não houvesse minima contestação, ficando salvas todas as propostas, emendas e substituições, e de pois votação especial sobre os artigos contestados.

O sr. Pinto Coelho:—entende tambem que sobre os artigos a respeito dos quaes se não propoz emendas, additamentos ou substituições, pôde haver uma unica votação, mas pede que haja votação em separado a respeito d'aquelles sobre que houve propostas, e pede tambem que haja votação especial sobre todas as emendas que não foram aceites pela comissão, apesar de lá terem ido.

O sr. José Estevão (sobre o modo de propor):—entende de accordo com os illustres deputados em se votar o que não está impugnado e depois sobre os pontos impugnados (apoiados), e parece-lhe que sobre isto não pôde haver duvida.

Posto a votos se devia haver votação especial sobre os artigos 84.º e 85.º acerca das conservatorias como propoz o sr. Araújo, é approvado.

O sr. Nogueira Soares (sobre o modo de propor):—vota a favor dos artigos que estabelece os conservadores, votando-se conjuntamente a proposta que o sr. ministro apresentou hoje, e vota contra se se não votar juntamente a mesma proposta. Por isso pede que os artigos 84.º e 85.º se votem conjuntamente com a proposta apresentada pelo sr. ministro.

O sr. Pinto Coelho (para um requerimento):—pede que se faça a leitura da proposta do sr. ministro da justiça, antes de se votar.

Lêem-se na mesa os artigos 84.º e 85.º do codigo e proposta do sr. ministro.

O sr. Moraes Carvalho:—pede que a votação dos artigos e proposta, a que o sr. Nogueira Soares se refere, fique para quando se tratar dos mesmos artigos.

O sr. Presidente:—consulta a camara se quer que se vote primeiro o artigo do projecto, considerando-se approvados todos os artigos do codigo, acerca dos quaes não houve impugnação, ficando para depois haver votação sobre cada artigo a que se tenham offerecido propostas.

É approvado.

Em seguida é approvado o artigo 1.º comprehendendo todos os artigos do projecto que não tiveram emendas, additamentos ou substituições.

O sr. Pinto Coelho:—pede que se não votem artigos questionados, sem se votarem todas as propostas a elles apresentadas.

Posto a votos o artigo 1.º do titulo 1.º do codigo de credito predial, é approvado.

As duas substituições offerecidas a este artigo pelos srs. Moraes Carvalho e Lopes Branco, são consideradas prejudicadas.

O additamento do sr. Lopes Branco a este mesmo artigo 1.º, é rejeitado.

Os artigos 2.º e 3.º consideram-se approvados, visto que a respeito d'elles não tinha havido proposta alguma.

Indo a votar-se sobre o artigo 4.º

O sr. Moraes Carvalho:—pede licença para retirar a proposta que tinha apresentado em relação a este artigo.

Permite-se-lhe que a retire, e é approvado o artigo 4.º



O sr. Presidente:—observa, que quando tinha de se passar a votação sobre o projecto, havia dito que entendia que o que se devia votar era o parecer da comissão; approvado esse parecer tinham caído as substituições, emendas e additamentos que tinham sido mandados para a comissão a fim d'ella os apreciar, mas que não tinha approvado; entretanto a camara resolveu que se votasse de outro modo, e a resolução da camara que ha de manter (apoiados).

O sr. José Estevo:—crê que a camara resolveu, pelo menos elle, orador, assim votou, que se votasse o parecer da comissão, salvando-se os artigos em que houve impugnação ou se lhe offereceram propostas, que não foram acceitas pela comissão.

Vozes:—apoiados.—E outras:—nada, nada; não foi isso.

O sr. Presidente:—o que se votou, foi que a approvação do artigo 1.º do projecto deixava salva uma votação especial, sobre todas as propostas que foram offerecidas aos diferentes artigos da proposta do codigo de credito predial, fossem essas propostas ou não acceitas pela comissão (apoiados), e portanto que tivesse logar a votação sobre cada artigo impugnado e propostas respectivas. Eis o que a camara decidiu (apoiados); eis o que ha de fazer, em quanto se não resolver outra coisa (apoiados). Tinha proposto outro modo de votar, mas a camara não o acceitou (apoiados).

O sr. José Estevo:—requer á mesa que comece primeiramente por propor á votação da camara as emendas, substituições e additamentos sobre os quaes a comissão formulou parecer, e depois se votem os artigos a que se tenham offerecido propostas, embora não fossem acceitas pela comissão.

O sr. Presidente:—observa que a camara já resolveu que fossem votados os artigos do codigo de credito predial, segundo a ordem em que estavam, e a respeito dos quaes houvesse propostas acceitas ou não pela comissão (apoiados).

O sr. José Estevo:—requer que consulte a camara sobre a sua moção.

O sr. Pinto Coelho:—requer que se consulte a camara sobre se a moção do sr. José Estevo está prejudicada, ou antes requer que se mantenha a resolução da camara, pela qual a mesa já tinha começado a fazer obra, em relação aos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do codigo, pondo a votos estes artigos, e depois as propostas que lhes diziam respeito (apoiados).

O sr. Barros e Sá:—observando que a hora está quasi a dar, pede por isso que se mantenha a resolução que a camara hoje tomou, de que haja uma hora de prorrogação de sessão para as interpeações, visto que estão presentes os srs. ministros.

O sr. Pinto da França:—requer que se siga na votação do codigo do credito predial o que a camara resolveu; isto é, que se vote primeiramente sobre o parecer da comissão, e depois sobre as outras propostas e artigos correlativos.

O sr. Thomaz de Carvalho:—requer que se vote o parecer da comissão, e se julguem prejudicadas todas as propostas que a comissão não admitiu, salvo aquellas propostas que foram apresentadas posteriormente á apresentação do parecer, porque acerca d'estas entende que deve haver votação especial, assim como sobre os artigos correlativos.

O sr. José Estevo:—manda para a mesa um requerimento, indicando a ordem porque se deve fazer a votação, o qual fica pendente de resolução, visto ter dado a hora.

O sr. Presidente:—em virtude da resolução da camara passa-se ás interpeações: a primeira, é a do sr. visconde de Portocarrero, annunciada ao sr. ministro do reino, a respeito da emigração dos Açores.

O sr. Visconde de Portocarrero:—julga cumprir um dever, chamando a attenção do governo para um objecto, que reclama providencias da autoridade publica, que é a emigração das ilhas dos Açores e Madeira, e da provincia do Minho; por isso no principio d'esta sessão legislativa mandará para a mesa uma nota de interpeação ao sr. ministro do reino, para que s. ex.ª informasse a camara das providencias que o governo se propunha adoptar para precaver e impedir, quanto fosse possível, á emigração clandestina, que todos os dias tem augmentado, principalmente nas ilhas dos Açores.

Que já em 1857 a comissão do ultramar, no parecer que deu sobre um projecto do illustre visconde de Sá, dizia «a emigração para paizes estrangeiros tem tomado ultimamente proporções assustadoras; combater este mal é dever do governo».

Que sabia que o governo não pôde directamente obstar á emigração. A sociedade não pôde impedir que qualquer de seus membros procure melhorar de condição, procure o seu bem-estar; mas que o governo tem obrigação de tutelar os cidadãos, de defende-los das seducções e insidias de homens ambiciosos, que antepõem o seu criminoso egoismo aos interesses de humanidade, que em 1858 a mesma comissão do ultramar, cumprindo uma resolução da camara, examinára de novo aquelle seu primeiro parecer, e a legislação respectiva á emigração, e reconheceu, que para assegurar aos subditos portugueses, que pretendam transportar-se como colonos para paizes estrangeiros, havia na lei de 20 de julho de 1855 as providencias necessarias para assegurar o seu bom tratamento durante a viagem, uma vez que fossem devidamente executadas, facilitando-se a mesma execução por meio de regulamentos convenientes; que a mesma comissão apresentára um projecto, contendo medidas legislativas, para o fim principal que se tinha em vista, qual o de diminuir a emigração para paizes estrangeiros, e de a encaminhar para as nossas provincias ultramarinas.

Que na ultima sessão da legislatura passada elle, orador, tinha requerido que esse parecer se desse para ordem do dia, declarando-se urgente a sua discussão, e a camara assim o resolveu, mas não chegou a levar-se a effeito a resolução da camara, e é por isso que a sua interpeação teve por fim que tão importante objecto fosse considerado agora pelo governo e pela camara á vista de quaesquer novas propostas do mesmo governo.

Que não se trata agora de discutir aquelle parecer que caducou, nem é opportuno proferir sobre elle qualquer opinão.

Que não estamos nas mesmas circumstancias da Inglaterra, para quem a emigração é uma necessidade. O excesso de população, e a falta de emprego de tantos braços em consequencia das machinas que os dispensam, e que tão poderosamente auxiliam a sua industria, são causa que n'aquelle paiz a emigração cresce prodigiosamente todos os annos; a emigração ali é para os Estados Unidos e para as colonias inglezas; o governo protege a emigração para as suas colónias, e está desprotegido a paga á custa do estado e entra nos orçamentos. A emigração da Europa chegou em 1857 a 352.278 individuos, e toda esta gente se repartiu pelo novo mundo. 86 os Estados Unidos receberam 244.000 emigrados, principalmente inglezes, irlandezes e alemães. Entre nós a emigração não é filha do excesso da população, mas da falta de emprego. A principal emigração entre nós é a da provincia do Minho, dos Açores, e Madeira: a do Minho tem por causa principal a tradição, a idea, e a crença de que o Brazil enriquece a quem lá vai buscar fortuna como o exemplo de alguns que de lá têm vindo ricos (apoiados); mas é tambem devida aos enganadores, que seduzem aquelles povos com contos e falsas promessas (apoiados).

Nos Açores a emigração tem outras causas: ali a emigração é para os Estados Unidos e para o Bra-

zil; aquella é animada e entretida pelo contacto com os habitantes do Fayal e Pico se acham com os navios americanos, que sulcam aquelles mares dados á pesca das baleias, e com a fortuna de alguns, que têm enriquecido nas baleias, ou que tendo-se estabelecido nos Estados Unidos têm regressado com alguns meios de fortuna. A emigração da Madeira é para Demerara. A de S. Miguel e Terceira é de outras ilhas é principalmente para o Brazil, e devida principalmente aos enganadores, que illudem aquelles habitantes para deixarem a sua patria, e familias, para irem para um paiz e clima tão differente.

Que sabia que o sr. ministro do reino, em quanto á emigração do Minho, expedira a portaria de 2 de junho do anno passado ao governador civil do Porto, ordenando-lhe que não consentisse a saída de colonos, que tivessem contratos em que houvesse intervenção do agente da companhia de canal de colonização, porque o consul no Rio de Janeiro participara que taes colonos se lhe não apresentavam, não obstante as clausulas especiaes dos contratos á que a companhia, ou seus agentes não satisfaziam, mas que esta providencia só não basta; e deseja e espera que o sr. ministro do reino tenha concebido um plano de medidas, um complexo de providencias indirectas para obviar a este mal.

Uma das causas que nos Açores tem sempre promovido a emigração é a lei do recrutamento de 27 de julho de 1855: exigindo ella fiança para os mancebos que se ausentavam antes d'essa idade; e ainda que a lei de 4 de julho de 1859 exigiu a fiança aos que se ausentavam desde a idade 14 annos, aconteeu que nada remediou porque se ausentam antes d'essa idade ou emigram clandestinamente.

Que a junta geral do districto da ilha de S. Miguel tem lembrado diferentes medidas para obstar á emigração, por exemplo:

A isenção do serviço militar d'aquelles mancebos, que tenham um irmão com praça no exercito; já na lei de 4 de julho de 1859 se inseriu esta disposição;

Que em vez da fiança, que a lei exige de réis 4.000.000, aos capitães de navios destinados ao transporte de colonos, se exija aos donos dos navios o deposito de 8.000.000 réis;

A maior fiscalização dos nossos agentes consulares no Brazil, e a sua responsabilidade;

Um jury especial para as causas criminaes, por infracção das disposições da lei de 20 de julho;

Finalmente a estação de dois pequenos vasos de guerra nos mares dos Açores, para obstem á emigração clandestina. As autoridades não têm meios de o conseguir, basta dizer que o capitão do porto em S. Miguel, não tem um escalor para o serviço que lhe compete desempenhar!

Que se diferentes medidas se podem adoptar com maior, ou menor resultado, entende que o meio mais effizaz de obstar á emigração d'aquellas ilhas será facilitar emprego aos individuos que procuram trabalho, para se alimentar a si e a suas familias, que os jornaes ali são de 150 réis fracos! Como é possível com tão diminuto salario sustentar-se um individuo e prover á subsistencia de sua familia?

Que os proprietarios devem por seu proprio interesse procurar fixar ali estes homens laboriosos que se não recusam ao trabalho, mas que reclamam com justiça um auxilio para a sua necessaria subsistencia para não serem forçados a deixar o que é mais caro ao homem, a patria e a familia! Interessem-se estes homens na propriedade, aforem-se-lhes terrenos incultos por modicas pensões; auxilie o governo os proprietarios com medidas adequadas neste sentido; desenvolva as obras publicas, principalmente com a feitura de portos artificiaes, não só em Ponta Delgada, mas no Fayal e Terceira, e achará assim um meio proprio de diminuir a emigração. E do interesse do governo attender aquellas valiosas provincias.

Se dois srs. deputados chamaram em uma das ultimas sessões ás nossas provincias africanas as duas joias da coroa portugueza pelo futuro que promettem, chamará elle tambem ás nossas provincias europeas dos Açores e Madeira as joias já polidas e de subito quilate da mesma coroa, pelo que ellas já são, pelo auxilio com que contribuem, principalmente S. Miguel, para as despesas geraes do estado, e pelos effizazes meios que prestaram os seus habitantes para a segurança do throno constitucional.

Nada mais diz, porque o seu fim está preenchido, e só lhe resta entregar ao dever do governo adoptar as providencias que julgar convenientes ao fim a que se tem referido.

O sr. A. V. Peixoto:—pediu para tomar parte nesta interpeação á vista do triste espectáculo que apresentam as ilhas dos Açores.

Não seria elle, orador, depois de nove annos de ausencia do parlamento, que appareceria hoje aqui para negar aos cidadãos portugueses o direito de irem para onde lhes convier: não é para isso que levanta a sua voz, mas para procurar evitar que cidadãos portugueses, enganados com a promessa de grandes fortunas, vão achar-se fóra da patria na desgraça e na miseria.

Entende que todo o homem tem direito de procurar o maior numero de bens, seja em que paiz for; mas é do seu dever, como deputado pelas ilhas, pugnar por que se fomen providencias para evitar a emigração illicita para o Brazil, que não é como a que se faz para a America ingleza, porque a maior parte das pessoas, que para ali vão habitar, gozam de um clima magnifico, têm grandes salarios, e a maior parte das vezes voltam para o seu paiz, uns ricos, outros muito remediados, e vão empregar esses meios na cultura das terras, em quanto que as que vão para o Brazil vão expor as suas vidas ás febres d'aquelle paiz, e em logar de voltarem ricas, a maior parte d'ellas lá morrem na miseria.

Acontee mais que as pessoas que vão para a America ingleza, vão com os seus passaportes, e com o frete pago, o que não acontece com as que se dirigem para o Brazil.

É necessario que o governo empregue todos os meios que puder para se obstar á emigração para o Brazil e Demerara: os meios que se têm empregado são nulos, como, por exemplo, de dar uma pequena arcação aos navios, aconteeu d'ahi que um navio que tem arcação para 150 pessoas, lhe não deixam levar senão 80, depois ao mar recebe o resto por meio dos barcos que lhe levam.

Sabe que um dos motivos da emigração nas ilhas é a falta de trabalho, e a falta de trabalho não é por causas de que ninguém tenha culpa, é devida aos estragos que tem feito o *oidium*, e o bicho das larangieiras.

Ha dois annos disse-se que as ilhas eram victimas da fome: não eram victimas da fome, eram victimas de não ter trabalho: os generos havia-os mas eram caros, e então o que acontecia era que os pobres não tinham dinheiro para os comprar.

Parece-lhe pois que os meios mais proprios para evitar a emigração nas ilhas, é dar trabalho, coisa que se não tem feito se não em pequena escala; dar uma arcação razoavel aos navios; fazer com que a responsabilidade não recaia nos capitães dos navios, mas sim nos donos e proprietarios dos navios, porque como as cousas estão, o que acontece é que o capitão pega em um marinheiro, arvora-o em capitão, o capitão passa para piloto, e quando chega ao Rio de Janeiro diz: «não fui eu que levei a gente, foi o capitão fulano» e não tem castigo em quanto o marinheiro é que tem de padecer alguma coisa; é tambem necessario ver se se pôde mandar um

vapor pequeno para andar n'aquellas paragens (as ilhas).

Chama pois a attenção do governo para estes pontos, e espera que elle tomará este negocio na consideração que merece.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—reconhece a importancia do negocio sobre que os illustres deputados chamaram a attenção do governo.

Não ha duvida que desde muitos annos existe a emigração, e grandes tendencias para ella no continente do reino, e sobre tudo nas provincias do norte e nas ilhas dos Açores e Madeira. Ha para isso diversas circumstancias, diversos estímulos que actuam permanentemente no animo dos povos e que os levam a seguir esse caminho, e impedi-los d'elle por meios directos seria um attentado contra a liberdade dos cidadãos.

Entretanto tem-se empregado meios indirectos e alguma cousa se tem conseguido, e pede licença aos illustres deputados que negam que se tenha conseguido alguma cousa, para lhes reflectir, que é impossivel que as medidas restrictivas da lei de 20 de julho de 1855, ainda que não tenham sido perfeitamente executadas por falta de meios que o governo tenha á sua disposição, não hajam evitado alguma cousa. Se a emigração ainda hoje se faz em larga escala, parece-lhe que ella seria maior se não houvesse essas difficuldades e embaraços.

Ha pouco tempo que existe uma agencia da associação colonisadora do Rio de Janeiro no Porto, e ao governo constou que ali um agente fazia contratos que estavam em manifesta contradicção com as disposições da lei de 20 de julho de 1855, as quaes não permitem que estes contratos se possam fazer. Alem d'isto verificou-se que estes contratos eram substituídos por outros á chegada do Rio de Janeiro. As autoridades do Brazil communicaram isto ao governo portuguez, e o governo deu ordem para que este individuo fosse inhibido de continuar a ser agente da associação.

O governo ha de ir neste negocio até onde lhe permittirem as leis; alem d'isso não pôde, porque o governo sabe a liberdade que têm os individuos de se transportarem aonde quizerem, e a liberdade que têm os estrangeiros de os convidar a isso.

A lei estabelece o numero dos individuos que cada navio pôde transportar; tem havido abuso a este respeito, e em consequencia das participações das autoridades portuguezas no Brazil tem-se mandado metter em processo os capitães que têm cometido esses crimes; porém o que é verdade é que muitas vezes tem acontecido serem absolvidos.

Tem empregado todos os meios indirectos ao seu alcance para evitar a emigração; tem mandado publicar no *Diario de Lisboa* todos os mezes a lista dos nossos concidadãos fallecidos no Brazil, e iguaes relações têm sido publicadas nas freguezias respectivas, para que todos vejam que aquillo não é um El-Dourado, o que assim como de lá vem algumas pessoas ricas, uma grande parte das de aqui vão lá perder a vida. Apesar de tudo isto a emigração continua.

Concorda que um dos meios indirectos a empregar é o trabalho em obras publicas; e n'esta parte entra a feitura do caes, a que se refere o illustre deputado; mas não imagine o illustre deputado nem ninguém, que com este meio se mata a emigração; lá está a provincia do Minho, onde tem havido obras publicas em grande escala, e assim mesmo a emigração continua.

O governo está prompto a acompanhar os illustres deputados em alguma indicação que pareça plausivel, mas está intimamente convencido de que tudo quanto se fizer pôde attenuar o mal, mas não acaba-lo de todo.

Está tambem persuadido de que se pôde tirar algum proveito de uma policia mais activa internamente, e de guarda-costas; está certo de que será muito vantajoso nos Açores e na Madeira estabelecer algumas pequenas embarcações para fiscalisar nas costas; e para isso tem dado alguns passos, tem alguns trabalhos promptos e orçamentos feitos, que apresentará á camara logo que tenha outros elementos que ainda lhe faltam, mas apesar d'isto não crê que estes sejam os meios effizazes para acabar a emigração.

Agora o que cumpre ao governo, a par d'isto, é procurar, por todos os modos, tratar com o governo brasileiro sobre o modo de melhorar a condição d'aquelles colonos. Sobre isto tambem o governo tem trabalhos muito adiantados, e espera conseguir do governo do Brazil este beneficio em proveito dos nossos compatriotas que para ali vão.

O sr. Arbores:—pede que se faça a chamada para se saber os deputados que estão na sala.

O sr. Presidente:—não pôde consultar a camara sobre o requerimento do sr. deputado, porque não ha numero para a camara poder deliberar, podendo contudo continuar a interpeação, porque para a camara se abrir é preciso um certo numero de deputados; depois de aberta pôde continuar a discussão com o numero que estiver presente; o que se não pôde é tomar resolução alguma sem haver numero legal. Agora tem a palavra o sr. Alves Martins.

O sr. Alves Martins:—não havendo numero na casa, pede que lhe fique reservada a palavra para a sessão seguinte.

O sr. Chamico:—pede que se lhe conceda tambem a palavra sobre este assumpto.

O sr. Presidente:—em consequencia de ser amanhã dia de despacho, e os srs. ministros não podem por isso assistir á sessão, dá para ordem do dia trabalhos em commissões, e levanta a sessão.—*Eram cinco horas da tarde.*

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 27 de junho estiveram presentes á chamada feita aos tres quartos depois do meio dia

Afonso Botelho, Moraes Carvalho, Balduino, Bramcamp, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Azevedo e Cunha, Antonio de Carvalho, Antonio Feio, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Avila, Barros e Sá, Henriques Secco, Barreiros Arrobas, Couto Monteiro, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Vaz da Fonseca, Vicente Peixoto, Palmeirim, Bartholomeu dos Martyres, Cyrillo Machado, C. J. Nunes, conde da Torre, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Teixeira da Motta, Eduardo Cunha, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, Fortunato de Mello, Diogo de Sá, F. J. da Costa e Silva, Gavicho, F. Pinto Tavares, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho, Branco (Hermenegildo), Gomes de Castro, João José de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Rebello Cabral, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, J. de Sousa Machado, Calça e Pina, Mamede, Neutel, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Feijó, Christiano da Fonseca, J. M. de Abreu, Lacerda (D. José), J. M. da Costa e Silva, Frazão, Rojão, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Luiz Albano, Camara Leme, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, L. Pinto Tavares, Affonseca, Seixas Penetra, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Pedro Jacome, Plácido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Pinto da França, Simão de Almeida, Thiago Horta, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero.

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 24 do corrente, e de Paris até 21.

A Correspondencia de España publica os seguintes

### DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Vienna, 23 de junho.—Na ultima sessão do conselho do imperio, o imperador permittiu que os conselheiros italianos fallssem no seu idioma.

Consta das ultimas noticias de Napoles que o rei não quer fazer concessões liberaes.

Londres, 23.—Na camara dos lords, o conde de Granville, em resposta a uma interpeação, disse que lord Elliot não apoia o pedido de restituição dos navios capturados; pedido que, como se sabe, foi feito pelo governo sardo.

Tambem é inexacta a noticia relativa á occupação de Castellamare pelos inglezes.

Paris, 23.—Ha falta de noticias.

Os ultimos despachos telegraphicos da Sicilia dizem que um navio carregado de espingardas compradas nos Estados Unidos, por conta dos revoltosos, chegou já a Palermo.

Continuam as deserções nas tropas napolitanas. Nas costas da Syria augmenta o numero de navios francezes.

O principe Jeronymo está quasi a morrer, foi já sacramentado.

Idem, 24.—A *Patrie* diz que Garibaldi reuniu um conselho de guerra, no qual se decidiu por unanimidade o ataque de Messina. A partida de Palermo deve muito provavelmente ter logar no dia 28 do corrente.

Ravena, 22.—Em Pola e alguns outros pontos do Adriatico, as autoridades austriacas suscitaram difficuldades a diferentes navios que se apresentaram com bandeira sarda, sem pertencerem a esta nação.

Palermo, 18.—Continua com actividade a organização das tropas. A primeira divisão está já prompta para marchar. Está-se organisando a segunda, assim como se procede tambem á organização das forças de marinha.

### PIEMONTE

Formou-se ultimamente em Florença uma comissão central a favor da unidade da Italia. Esta comissão tem por fim auxiliar com o seu dinheiro e as suas armas a causa nacional por que hoje se combate na Sicilia.

Para se alcançar este fim, ella centralisará a acção de todas as commissões estabelecidas nas cidades e districtos da Toscana. Presidida pelo Marquez Lorenzo Nicolini, a comissão central tem já publicado duas proclamações assignadas pelos nomes mais illustres da Toscana.

—Os jornaes sardos publicam o texto de uma ordem do dia de despedida, dirigida pelo general Fanti, ministro da guerra, aos militares da Saboya e do condado de Niza. Esta ordem do dia termina da seguinte maneira:

«Para nós, a par da dor que sentimos pela separação, é um prazer o pensar que as duas nações que, ha apenas um anno, combatiam reunidas pela causa de um direito sagrado e da civilização dos povos, marcharão sempre unidas para o triumpho da justiça e da liberdade, e que n'uma epocha, que não vem talvez longe, os vossos irmãos de armas vos saudarão novamente no meio dos brados da victoria.»

### SICILIA

Eis, segundo o *Constitutionnel*, o texto da capitulação feita entre as tropas reaes napolitanas e Garibaldi:

«Convenção concluida pelos abaixo assignados, para se suspender a effusão de sangue entre os combatentes de Palermo.

«Tendo em vista os principios de humanidade é prorogada a tregua até ao cumprimento das seguintes operações:

«Artigo 1.º Serão embarcados, com a maior rapidez possivel, os doentes que estão actualmente nos hospitales, ou em qualquer outro local.

«2.º Serão livres de poder embarcar, ou partir por via de terra, qualquer corpo de exercito, existente em Palermo, com as suas equipagens, o seu material, a sua artilheria, os seus cavallos, bagagens e tudo quanto possa pertencer-lhe, segundo a vontade do general Lanza, comprehendendo-se no numero d'estes objectos o material do forte de Castellamare.

«3.º Se for preferido o embarque proceder-se-ha em primeiro logar ao do material de guerra, das equipagens, e de uma parte dos animaes: o embarque das tropas terá logar depois.

«4.º Todos os objectos que tiverem de embarcar serão transferidos para os *Quatro Ventos*.

«5.º Os fortes de Castelluccio e Lanterna serão evacuados pelo general Garibaldi.

«6.º O general Garibaldi fará entrega de todos os doentes e feridos que tiver em seu poder.

«7.º Serão trocados em massa, e não individualmente, todos os prisioneiros tanto de uma como de outra parte.

«8.º A entrega dos sete prisioneiros, que estão em Castellamare, será feita depois de ter logar o embarque, bem como depois que a guarnição de Castellamare d'ali tenha sido evacuada.

«9.º Depois de se acharem assignados os artigos precedentes, convençionou-se pelo presente artigo adicional que a partida tenha logar por mar.

«Palermo, 6 de junho de 1860.—Pelo general Lanza, o coronel Camille Rove, sub-chefe do estado maior.—O general José Letizia.—O general José Garibaldi.»

Receberam-se de Genova, pelo *Authion*, noticias de Palermo, que alcançam até ao dia 15 do corrente. Não padece a menor duvida que o dictador tem encontrado grandes difficuldades, no que respecta á organização militar. O correspondente do jornal *Perseveranza* diz que os quadros sicilianos, já formados, difficilmente se submettem á disciplina necessaria. «Os sicilianos, acrescenta o correspondente, não têm tradição nem habitos militares, e por tanto não é muito facil fazer d'elles bons soldados. Faltam a Garibaldi mancebos instruidos, e sobre tudo officiaes inferiores.

«Creio, conclue o correspondente do jornal *Perseveranza*, que vale mais dizer francamente a verdade do que exagerar o bem por um amor mal comprehendido da patria.

«Não se confirma o boato do desembarque de Mazzini: dizem até as correspondencias de Turini, que elle renunciou ao projecto de ir á Sicilia, com receio de ser ali mal recebido...» (La Presse.)

### NAPOLES

No *Constitutionnel* lê-se o seguinte:

«A captura dos dois navios, nas aguas de Gaeta, é hoje um facto que ninguém contesta; porém não constam ainda ao certo os promoures d'esse acontecimento. A versão mais verosimil é a seguinte:

«Os dois navios faziam parte da expedição do coronel Medici, a qual se compunha, como se sabe, de uma flotilha completa. Elles foram separados dos outros navios da expedição pela acção do vento. Era uma barca (*barcone*) carregada de armas e de munições, e rebocada por um pequeno vapor, o *Utile*. Este, como ia muito carregado e tinha uma machina muito fraca, foi impellido pela violencia do vento até ás aguas de Gaeta, onde teve logar a captura.

«Quanto aos coroneis Medici e Malenchini, tendo sido officiosamente avisados de que difficilmente escapariam aos cruzeiros napolitanos, conservaram-se, até nova ordem, nas aguas de Cagliari.

«Agora parece muito difficil combinar os factos

que acabamos de expor com a reclamação que o governo piemontez, segundo se affirmava, dirigiu ao gabinete de Napoles; por quanto se trata, n'essa reclamação, de passageiros munidos de passaportes regulares para Malta. Faremos todavia notar que, depois de descrever a captura do *Utile*, o jornal *Espero*, de Turim, acrescenta que: «os navios que fizeram a presa não se acham munidos de papeis de bordo regulares, do que se conclue que a captura foi illegal, e que tudo deve ser restituído.» Mr. de Villamarina, ministro do Piemonte em Napoles, deu já os passos necessarios para este effeito.»

### CONFEDERAÇÃO GERMANICA

Na *Presse* de 20 do corrente lê-se o seguinte relativamente á entrevista de Baden:

«A conferencia parece dever durar ainda algum tempo com a significação puramente allemã, que tomou desde que o imperador dos francezes regressou a Paris. Muitos ministros, e entre outros Schleinitz, ministro dos negocios estrangeiros da Prussia, vão partir para Baden, e podem prever-se deliberações um pouco assustadoras, porque a boa harmonia entre os principes não é tão completa como a principio se deprehendeu do discurso proferido pelo principe regente. O telegrapho effectivamente nos dá noticia de dois outros discursos, um do rei de Wurtemberg, dirigido ao principe regente em nome dos governos da confederação, e outro do grão-duque de Baden, em seu proprio nome. O do rei de Wurtemberg, que deu logar á resposta do principe regente, está em perfeita harmonia com o que constava acerca da situação; porém o grão-duque de Baden entendeu dever protestar, e o seu discurso faz supor que a boa intelligencia não é absoluta. Todavia devemos esperar pelo proprio texto d'estes discursos, cuja authenticidade não nos parece até agora plenamente garantida...»

«O *Nord* falla de propostas feitas em Baden pelo imperador dos francezes acerca de um tratado de commercio; essas propostas, segundo o mesmo jornal, foram bem acolhidas.

### AUSTRIA

Diz uma correspondencia de Vienna, datada de 15 do corrente, e dirigida á *Gazeta Nacional de Berlin*, que as tropas do duque de Modena, que acompanharam o duque para o territorio austriaco, onde se acham ainda, vão ser transferidas para Roma, a fim de fazerem parte do exercito pontificio. (La Presse.)

### TURQUIA

O *Jornal de Constantinopla* rectifica as noticias que ultimamente têm circulado na Europa acerca do movimento de tropas nas provincias do norte do imperio; declarando que a imprensa europea commette um erro, attribuindo esse movimento a uma causa interna, quer dizer, ao receio que inspira o estado moral das populações. Segundo o jornal citado, foi só por causa dos acontecimentos que se succedem em paizes estrangeiros, e para obstar a toda a eventualidade de complicação, que a Porta adoptou certas medidas de que fallam as folhas estrangeiras.

## NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO  
DO  
INSTITUTO DE LUIZA  
NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO-27				
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	756,77	21,1	57,5	NNO.
3 t.	756,07	23,0	48,8	NNO.

DIA 26.	
Maxima—temperatura.....	25,7 C.
Minima.....	17,5
De noite.....	3,5
Ozone de dia.....	2,0
Chuva (adometro).....	0,0Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	5,8
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

## NOTICIAS COMMERCIAES

### MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA  
Dia 27 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS  
Contest, escuna ingleza, capitão B. Shaw, da Terra Nova em 21 dias, com bacalhan, a M. Walsh & C.; 7 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.

Czar, patacho norueguez, capitão A. C. Ucker-mann, de New Castle em 26 dias, com carvão, á companhia do gaz; 8 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 9 1/2 horas da noite.

Boa Fortuna, hiate portuguez, mestre J. José, de Villa Nova de Portimão em 5 dias, em lastro; 7 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: Maria da Luz com 2 menores, portuguezes.



vares de Paiva, Francisco Antonio da Costa, João Antonio Pinheiro, com 3 pessoas de família, João Alves Balão, e sua mulher, Joaquim de Oliveira, Joaquim Ferreira, João dos Santos, José Antonio Esteves, José Antonio Carneiro, Custodio Antonio Carneiro, João Pereira da Silva Brama, José Leite de Sousa, José Antonio Rodrigues Amaro, Jeronymo Narciso Lopes e sua mulher, João C. de Figueiredo, João Baptista dos Passos, José da Cunha, Manuel Teixeira de Carvalho, Manuel Esteves, Manuel Alves Ferreira, Manuel Joaquim de Sequeira, Manuel Gonçalves, Manuel Duarte, Manuel Alberto Chagas, Manuel Ferreira da Silva, Manuel José Correia, Manuel da Silva Raposo, Manuel Gomes, Paulo de Sousa, trabalhadores; D. Anna Joaquina Alves, D. Antonia do Carmo, D. Virginia do Carmo, D. Luiza Felicia de Faria com 1 filho; portugueses: André Paredes, João Francisco Bouças, José Bento Gonçalves, trabalhadores hespanhoes.

Vallado, hiate do arsenal, mestre F. de Paula, da Vieira em 20 horas, com madeira; 10 praças de guarnição.

Maria, patacho portuguez, capitão M. R. Alves, da ilha de S. Thiago de Cabo Verde em 30 dias, com assucar e mais generos, a A. C. Carvalho; 11 pessoas de tripulação, e 1 mala.

Marie de Brabant, paquete belga a vapor, capitão J. Vandal, de Antuerpia em 8 dias, com fazendas, a M. Walsh & C.; 31 pessoas de tripulação.

#### EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Vencedor, canoa portugueza, mestre F. Maria, para Setubal, em lastro; 4 pessoas de tripulação.

Senhora da Conceição, hiate portuguez, mestre A. T. Paes, para o Porto, com palha; 7 pessoas de tripulação.

Triunpho do Guadiana, hiate portuguez, mestre M. Rodrigues Senior, para Villa Real de Santo Antonio, com madeira e ferro; 9 pessoas de tripulação. Constante, hiate portuguez, mestre J. Henriques, para a Figueira, com barro, e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Tagus, paquete inglez a vapor, capitão W. J. Woodgates, para a barra do Porto, Vigo, e Southampton, com fazendas, fructa e dinheiro; 59 pessoas de tripulação e 54 passageiros.

Mathilde & Adelaide, patacho portuguez, capitão A. A. Rodrigues, para as ilhas de S. Miguel e Terceira, com barro e encomendas; 10 pessoas de tripulação e 25 passageiros, que são: Manuel José Soares, proprietario; João Pereira Leal, e sua mulher, artista; José Bettencourt Vasconcellos, estudante; Sergio Augusto, caixeiro; Jacinto Coelho Ribeiro, João Machado de Vasconcellos, maritimos; Antonio Luiz de Freitas, Francisco Esteves, João Antonio de Azevedo, com 1 filho, Antonio Machado Diniz, com 1 filha, Manuel Linhares, João Martins Marques, Manuel José Victorino, Manuel Ferreira Barreiro, Antonio Barcellos, Vicente da Rosa Pinheiro, Manuel Gonçalves da Silva, Manuel Francisco de Sousa, trabalhadores; Maria Jacinta; portugueses: P. A. Olivero, artista sardo; M. Lescure e N. Conte, francezas.

Conceição de Maria, bateira, mestre J. L. Coelho, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Santa Brizida, cahique portuguez, mestre L. Martins, para Villa Nova de Portimão, com cereas e mais generos; 8 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: Joaquim Ramos, maritimo portuguez.

Emily, brigue noruegues, capitão C. Frost, para Setubal, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Magriço, patacho portuguez, capitão C. J. M. Carneiro, para Liverpool, com trigo e mais generos; 9 pessoas de tripulação. Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 27 de junho de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

#### TELEGRAPHIA ELECTRICA

##### BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 27 DE JUNHO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 26

Entradas—Vapor portuguez Lisboa, de Lisboa em 18 horas; hiate Senhora da Guia, de Setubal em 8 dias; cahique Bonfim, de Lagos em 6 dias.

Saídas—Hiate portuguez Sociedade do Mondego, para a Figueira; vapores, Lida, para Londres, Rebecca, para Lisboa; escuna Estremadura, para Liverpool; inglezes. Navegou para o sul o patacho inglez Undine, vindo da Terra Nova em 26 dias.

Fôra da barra fica um hiate portuguez. O mar está bom.—O vento esteve S. NO., agora N., regulares.

De Caminha, do dia 26

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento SO.

De Vianna, do dia 26

Entrou o batel Olho Vivo, de Aveiro.

De Aveiro, do dia 26

Hontem entrou a escuna portugueza Virginia pelas 7 horas e 30 minutos da tarde, do Porto em 1 dia, em lastro. Mar agitado.—Vento NO.

Da Figueira, do dia 26

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar agitado.—Vento NNO.

Da Brizida, do dia 26

Não entrou embarcação alguma. Saiu o cahique Boa Ventura, para Faro, com louça. Mar regular.—Vento N., bonafonso.

De Tavira, do dia 26

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento N. de manhã, agora O. regular.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 26

Entrou o lugre inglez Lady Mancel, de Gibraltar em 2 dias, em lastro.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento N. regular.

Do Porto, do dia 26

Entradas—Rasca, Senhora da Boa Morie, de Gibraltar, em lastro; cahique Santo Antonio e Almas, da Figueira, com madeira e louça.

Saídas—Hiate portuguez Amelia, para Lagos e Figueira, com esparto; falocho hespanhol Santo Antonio e Almas, para Ayamonte, com ovos; cahiques portuguezes, Senhora da Conceição, para Villa Nova de Portimão, com ladrilho, Senhora do Rosario, para a Figueira, em lastro.

Hontem não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.

De Setubal, do dia 26

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Brigue portuguez Freitas Junior, para Demerara, com escala pela ilha da Madeira, com sal; hiates portuguezes, Principio, para o Porto, com sal, Novo Piedade, para Sines, com cortiça.

Vento N.

De Villa Nova de Portimão, do dia 24

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento N.

Do dia 25

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o bote hespanhol Santissima Trindade, para Ayamonte, com ovos.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 26

Entrou o cahique portuguez Jesus Piedade, de Lagos em 2 horas, com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento variavel.

De Lagos, do dia 25

Entradas—Cahique portuguez Jesus Piedade, da Figueira, com louça e madeira; falocho hespanhoes, Santissima Trindade e Virgen das Angustias, ambos de Portimão, com ovos; hiate portuguez Oriente, de Almeria, com aguardente, clumbe e esparto; yem arribado.

Saídas—Hiate portuguez Oriente, para o Porto; falocho hespanhol Santissima Trindade, para Ayamonte; cahique portuguez Jesus Piedade, para Portimão.

Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 26

Entradas—Hiates portuguezes, S. José, da Figueira, com feijão e madeira; Novo Espectador, de Malaga, em lastro, arribado.

Mar bom.—Vento variavel.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 27 de junho de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)

Barra de S. Martinho, do dia 26

Entrada—Escuna portugueza Victoria, capitão Fernando José Saintho, de Lisboa em 8 dias, com milho; 10 pessoas de tripulação. Entrou hontem ao pôr do sol.

Capitania do porto de S. Martinho, em 26 de junho de 1860.—O capitão do porto, Manuel Luiz de Almeida.

Barra de Peniche, do dia 25

Entradas—Hiates portuguezes, Estrella de Caminha, mestre Manuel Gavinha Torres, de Caminha em 4 dias, com milho; 9 pessoas de tripulação, e 2 passageiros; Cortez, mestre Antonio Gavinha Vianna, de Caminha em 4 dias, com milho; 6 pessoas de tripulação.

Do dia 26

Entrada—Cahique Santo Antonio e Almas, mestre José dos Santos, de Sines em 4 dias, com sal e cavalla; 9 pessoas de tripulação.

Capitania do porto de Peniche, em 26 de junho de 1860.—O patrão-mór servindo de capitão do porto, José Joaquim Antão.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 27 de junho—3 por cento consolidado a 50.

Bolsa de Paris, em 27 de junho—3 por cento francez a 68,78—4 1/2 dito a 96,55.

Bolsa de Londres, em 27 de junho—Consolidados de 93 1/2 a 93 1/4.

#### HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ E ANNEXOS

Mappa do movimento clinico dos enfermos, nos dias que decorrem de 17 a 23 de junho de 1860

MOVIMENTO	HOSPITAL DE S. JOSÉ																								HOSPITAIS DE S. LAZARO ALIENADOS				TOTAL GERAL								
	ENFERMIARIAS DE HOMENS												MULHERES												ENFERMIARIAS DE MULHERES												
	MEDICINA						CIRURGIA						MEDICINA						CIRURGIA						DE MEDICINA												
	1	2	3	4	5	—	—	6	8	9	10	11	12	—	13	14	15	16	—	—	17	18	19	20	21	—	—	HOMENS		MULHERES	HOMENS	MULHERES					
	S. JOSÉ	S. SEBASTIÃO	S. JOAQUIM	S. MIGUEL	CLÍNICA	QUANTOS PARTICULARES	DEFEITO	INVALIDOS	SANTO ANTONIO	SANTO OSÓRIO	SANTO AMARO	S. FRANCISCO	S. CARLOS	S. JOÃO BATISTA	INVALIDOS E CACHETICOS 1.ª DIVISÃO (NO AMPARO)	SANTA CATARINA	NOSSA SENHORA DO CARMO	SANTA ANA	CLÍNICA	QUANTOS PARTICULARES	DEFEITO	INVALIDOS	SANTA QUITERIA	SANTA MARGARIDA	CLÍNICA	SANTA BARBARA	SANTA JOANA	SANTA MARIA MAGDALENA NO HOSPICIO	AMPARO (STUBER)	INVALIDOS E CACHETICOS 2.ª DIVISÃO (NO AMPARO)	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES			
Existiam.....	47	46	46	27	5	12	90	16	51	50	55	47	22	38	21	32	32	21	8	—	36	36	51	41	8	46	30	61	44	26	51	20	243	260			
Entraram.....	21	21	23	24	—	6	13	—	7	14	17	6	22	7	—	4	13	13	2	—	7	—	8	6	1	12	8	3	7	—	—	—	—	276			
Entraram por transferencia.....	—	—	—	5	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	1	8	—	—	—	—	—	8	—	—	—	2	—	—	—	—	26				
Somma.....	68	67	69	56	5	18	103	16	59	64	72	54	44	45	21	36	46	42	10	—	43	36	59	55	9	58	40	64	51	26	51	20	251	1.921			
Saíram.....	16	15	16	12	—	2	21	—	9	18	20	9	6	9	—	5	13	4	1	—	7	—	3	9	1	18	9	5	8	—	—	—	3	239			
Saíram por transferencia.....	—	—	—	1	5	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	2	8	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	26			
Falleceram.....	1	3	3	—	—	—	1	—	—	—	1	1	—	—	—	3	2	3	1	—	3	1	—	1	8	—	—	1	—	—	—	—	1	27			
Somma.....	17	18	19	13	5	2	22	—	9	18	21	10	7	9	—	8	17	7	10	—	7	3	4	9	9	18	10	6	8	—	—	—	4	292			
Existem.....	51	49	50	43	—	16	81	16	50	46	51	44	37	36	21	28	29	35	—	—	36	33	55	46	—	40	30	58	43	26	51	20	247	1.629			
Curaram-se no banco.....	Existiam.....	289	Saíram.....	82	Existiam.....	284	Saíram.....	71	Existiam.....	165	Saíram.....	30	Existiam.....	307	Saíram.....	53	Existiam.....	307	Saíram.....	53	Existiam.....	307	Saíram.....	53	Existiam.....	307	Saíram.....	53	Existiam.....	307	Saíram.....	53	Existiam.....	307	Saíram.....	53	
	Entraram.....	108	Fallecidos.....	8	Entraram.....	73	Fallecidos.....	9	Entraram.....	39	Fallecidos.....	12	Entraram.....	45	Fallecidos.....	2	Entraram.....	45	Fallecidos.....	2	Entraram.....	45	Fallecidos.....	2	Entraram.....	45	Fallecidos.....	2	Entraram.....	45	Fallecidos.....	2	Entraram.....	45	Fallecidos.....	2	
	Transferidos.....	5	Existem.....	306	Transferidos.....	7	Existem.....	285	Transferidos.....	9	Existem.....	161	Transferidos.....	10	Existem.....	298	Transferidos.....	10	Existem.....	298	Transferidos.....	10	Existem.....	298	Transferidos.....	10	Existem.....	298	Transferidos.....	10	Existem.....	298	Transferidos.....	10	Existem.....	298	
Entraram menores dos sexos.....	(Masculino.....)	3	(Feminino.....)	1	Entraram menores dos sexos.....	(Masculino.....)	3	(Feminino.....)	1	Entraram menores dos sexos.....	(Masculino.....)	3	(Feminino.....)	1	Entraram menores dos sexos.....	(Masculino.....)	3	(Feminino.....)	1	Entraram menores dos sexos.....	(Masculino.....)	3	(Feminino.....)	1	Entraram menores dos sexos.....	(Masculino.....)	3	(Feminino.....)	1	Entraram menores dos sexos.....	(Masculino.....)	3	(Feminino.....)	1	Entraram menores dos sexos.....	(Masculino.....)	3
Falleceram nas primeiras 48 horas.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	Falleceram nas primeiras 48 horas.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	Falleceram nas primeiras 48 horas.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	Falleceram nas primeiras 48 horas.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	Falleceram nas primeiras 48 horas.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	Falleceram nas primeiras 48 horas.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	Falleceram nas primeiras 48 horas.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	Falleceram nas primeiras 48 horas.....	(Homens.....)	1
E de cachexia.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	E de cachexia.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	E de cachexia.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	E de cachexia.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	E de cachexia.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	E de cachexia.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	E de cachexia.....	(Homens.....)	1	(Mulheres.....)	2	E de cachexia.....	(Homens.....)	1

#### INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 27 do corrente mez, pelas onze horas da manhã, as torres de signal chamaram os soccorros contra o incendio, que se tinha manifestado em um palheiro com o n.º 12, na travessa do Sequeiro das Chagas. O fogo foi, provavelmente, devido a descuido com lume de cigarro, ou com mechas phosphoricas. Apagou-se promptamente.

Pelas oito horas e meia da noite um outro incendio se manifestou na agua-furtada do predio n.º 87, sito na rua do Chiado. A familia que ali morava, e que na tarde de hoje se tinha retirado para o campo, deixou, em um pequeno quarto junto da cozinha, um fogareiro ainda com lume. Foi isto a causa do sinistro, que poderia ser immenso, se não fossem tão promptos os soccorros, attendendo a que o fogo, atestado pelo vento, que soprava com muita força, ganhado, logo no começo, todo o desvão entre o forro e o telhado. Felizmente foi promptamente dominado, e o prejuizo não foi grande.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 27 de junho de 1860.—III.º sr. vereador do pelouro dos incendios. —O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

#### AVISOS

##### SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Plano para a primeira extracção da loteria do terceiro trimestre do anno de 1860, que se ha de fazer pela administração da santa casa da misericordia d'esta corte, pelo methodo e com as formalidades prescriptas no decreto de 28 de fevereiro de 1855, publicado no Diario do Governo n.º 70, de 23 de março, no decreto de 30 de dezembro de 1858, publicado no Diario do Governo n.º 7, de 8 de janeiro de 1859, e no decreto de 23 de março de 1859, publicado no Diario do Governo n.º 73, de 28 do dito mez e anno.

Será o seu capital de 36:000:000 réis, formado de 6:000 bilhetes (dos n.ºs 1 a 6:000), a 6:000 réis cada um em metal, e na mesma especie saíraõ os premios abaixo descriptos, liquidos de 12 por cento, em beneficio dos expostos da mesma santa casa, dos enfermos do hospital de S. José, dos orphãos da casa pia e do asylo de mendicidade, na conformidade das ordens regias expedidas pela secretaria d'estado dos negocios do reino, em portaria de 27 de maio de 1834 e decreto de 5 de outubro de 1838.

##### PREMIOS

1 de .....	9:000:000	9:000:000
1 de .....	2:000:000	2:000:000
1 de .....	1:000:000	1:000:000
1 de .....	600:000	600:000
1 de .....	400:000	400:000
2 de .....	300:000	600:000
4 de .....	200:000	800:000
31 de .....	100:000	3:100:000
1:800 de .....	7:800	14:040:000
1 ao n.º que se extrahir depois de tirados os mais premios .....		140:000

1:843 premios  
4:157 prancos

6:000 bilhetes que a 6:000 réis importam em 36:000:000 réis, dos quaes extrahidos os doze por cento de beneficio, é o total dos premios distribuidos acima..... 31:680:000

Dos premios acima se descontará no acto da pa-

gamento o imposto de 5 por cento, estabelecido na carta de lei de 10 de julho de 1843.

Os bilhetes vão assignados de chancella por um dos adjuntos da administração da mesma santa casa e pelo thesoureiro geral.

A venda terá logar no dia 2 de julho de 1860, desde as nove horas da manhã até ao meio dia, e far-se-ha pelo methodo estabelecido nos referidos decretos de 30 de dezembro de 1858, e 23 de março de 1859.

Para este effeito todo e qualquer individuo, reparação publica, estabelecimento ou corporação, que pretender comprar um ou mais bilhetes da loteria, deverá no dia em que este plano for publicado no Diario de Lisboa, e nos dois seguintes, solicitar em qualquer das administrações de bairro d'esta cidade senhas para o numero de bilhetes que desejar, e somente as pessoas munidas com as referidas senhas serão admitidas na casa da venda dos bilhetes no dia e ás horas acima designadas, conforme for declarado nas respectivas senhas. Aquellas que não comparecerem no dia designado na respectiva senha, e dentro da hora marcada, perderão o direito aos bilhetes, conforme o determinado no artigo 5.º do decreto de 30 de dezembro de 1858.

A extracção terá logar no dia 13 do sobredito mez de julho, sendo precedida, na forma do estylo, da entrada das espheras nas rodas, que se fará em acto publico n'aquelle mesmo dia ás nove horas da manhã. Finda a extracção se fará em acto successivo, e tambem em publico, a conferencia dos numeros extrahidos, e dos respectivos premios.

Para a extracção da loteria entrarão em uma das rodas todas as espheras que representam os numeros, e na outra somente as que designam os premios, com exclusão das espheras brancas; sendo os premios minimos indicados com a letra M— nas espheras que houverem de os representar, a fim de poder servir a mesma collecção em todas as loterias. Em virtude das disposições da portaria de 18 de abril de 1836, prescreverão a favor dos expostos d'esta corte os premios da presente loteria, que não forem exigidos no prazo de cinco annos, cont